







































































































































































































































**Parlamentares** (*Berto Messias*): Completamente descontextualizada esta intervenção, Sra. Presidente!

**O Orador:** Portanto, a gerente da Espada Pescas à pergunta colocada pela Deputada Zuraida Soares, o que veio assumir na Comissão, foi: “Isto resolve-se! Eu terei uma entrada direta na Administração Pública para técnica superior!”.

**Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Exatamente! Na Lotaçor!

E eu perguntei: e o concurso não há?

E ela respondeu: Não precisa!

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeço que termine.

**O Orador:** De certeza, caracterizada por uma extrema ingenuidade, mas é a resposta que infelizmente faz corpo à lógica que é neste momento transversal a toda a sociedade açoriana e não só, também no continente português e na Madeira, que só se batiza quem tem padrinhos.

Obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Informo que o BE esgotou o seu tempo para este debate.

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

**Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

**Presidente:** É regimental.

Regressamos às 16 horas e 25 minutos.

*Eram 15 horas e 53 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares, para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

*Eram 16 horas e 36 minutos,*



Vamos então continuar o debate.

Está inscrito e dou a palavra ao Sr. Deputado João Vasco costa.

(\*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta não surge agora e apenas agora. Esta proposta resulta do programa eleitoral do PS e o Governo consubstancia agora nesta forma e pretende com isso levar à prática uma vontade de melhorar e renovar os procedimentos de admissão reduzindo ao mínimo a margem de discricionariedade e ao mesmo tempo procurando reforçar ao máximo os mecanismos e as garantias de isenção e igualdade de tratamento.

É um ato de sabedoria governar em contínua busca das melhores soluções e isto é o que tem feito este Governo do PS, e bem.

Neste caso, continuar a melhorar a capacidade e a qualidade dos serviços públicos que é inequivocamente boa.

Diga-se, porque depois de tudo aquilo que ouvimos aqui que é importante referir, sem qualquer margem de dúvida que a atuação da administração pública e a gestão dos recursos humanos realizada pelo Governo e pela maioria das autarquias locais tem sido claramente equilibrada e adequada.

Não assumir isso, não reconhecer isso e dizer o que aqui se disse só se compreende vindo de quem faz política populista e demagógica, sem qualquer critério de racionalidade e equilíbrio democrático.

A lei é geral e abstrata e todas as melhorias que se possam introduzir para regular a nossa vida em comunidade é aquilo que os cidadãos esperam de quem os governo. É isto que neste caso também está a ser feito.

**Deputada Sónia Nicolau e Deputado André Rodrigues (PS):** Muito bem!

**O Orador:** À proposta apresentada pelo Governo, o Grupo Parlamentar do PS, bem como a do CDS-PP e também o BE, apresentaram propostas de

melhoramento e contributos para que esta procura de maior transparência vá mais avante e nesse sentido entendemos que relativamente aos critérios específicos de avaliação para além daqueles da avaliação curricular e da prova escrita, pensamos que deveria constar do corpo da lei que além dos casos previstos na lei, que isso deveria ser devidamente fundamentado, é mais um fator que entendemos que pode ajudar a reduzir esses fatores de potencial discriminação.

O que a oposição aqui fez foi desconsiderar, na nossa opinião, e ofender todos os júris do País ...

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... que até agora têm sido parte de concursos públicos que se tem efetuado.

Pior, ofendeu claramente também todas as pessoas que integraram os quadros da administração pública, pensando ou levando a crer que todos eles foram admitidos de uma forma ...

**Deputado André Rodrigues (PS):** O modo de suspeição!

**O Orador:** É um modo de suspeição a toda a atuação que foi feita até hoje.

Esta é uma situação, do nosso ponto de vista completamente inadmissível.

Então só os júris do PSD e do CDS é que são sérios ...

**Deputado André Rodrigues (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... os júris do PS não são sérios para os senhores?

Os senhores têm alguma reserva mental sobre os júris formados de outras forças partidárias que não as vossas?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Ah! Mas os júris são do Partido Socialista?

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Mas é proibido ter partido e fazer parte de um júri? É proibido fazer parte de um júri por ser militante do Partido Socialista, ou de outro qualquer partido? Do PSD, do CDS?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O CDS não tem!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados ...

**O Orador:** Esta segunda parte da minha intervenção, dirige-se não tanto ao fundamento desta proposta apresentada pelo Governo, mas mais aos considerandos que os Srs. Deputados foram tomando e que tem a ver com o seguinte: Sr. Deputado Artur Lima, os senhores escolhem os júris, disse há pouco, para fazer fatos à medida, são fatos à medida.

Os senhores, é uma casa de família!

O Sr. Deputado sabe tão bem quanto nós, que quem faz a escolha e a seleção não é o Governo, são os júris e os júris são independentes.

Vir dizer que o Governo admite pessoas, com fato por medida, é um bocado redutor na minha opinião.

Eu respeito a sua, mas acho que é um bocado redutor, aliás eu tenho a certeza absoluta que o Sr. Deputado, tal como eu, não se revê numa notícia da *Lusa* que diz: “Paulo Portas acusado de influenciar concurso público para dar obra à Mota Engil”. Eu não acredito que isso tenha acontecido, aliás, tanto não acredito que tenha acontecido que também não tenho conhecimento de ter havido qualquer condenação por isso.

Sr. Deputado Paulo Mendes, não interessa eliminar a subjetividade?

Claro que interessa eliminar a subjetividade e se, eu não vou formular um juízo de valor, nem devo, sobre a sua atuação na transposição para esta Casa de um facto pessoal, devo dizer-lhe que eu não faria isto, mas independentemente disso a sua intervenção só vem confirmar aquilo que é a nossa opinião. As situações que as pessoas reclamaram e que também levaram a que agora se apresente esta proposta, essas situações que as pessoas reclamam e se sentem injustiçadas é mais um mau perder, do que o próprio resultado da atividade da administração. É óbvio que quem concorre não quer perder; é óbvio que alguém que concorre e tem um 15 numa prova escrita, não entende muito bem que

possa ter um 8 na prova oral e que passe para trás de outra pessoa que teve menor nota na escrita. É natural!

Daí concluir que é tudo aqui uma cabala, uma suspeição e quase uma paranoia, vai um passo de gigante que nós não aceitamos nem corroboramos.

O conhecimento antecipado das provas é outro assunto... Como compreende isso é um caso de polícia, isso é para os tribunais.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah pois devia ser, isso é verdade! Concordo!

**O Orador:** É sim senhor!

Portanto, a gente tem que dar espaço a cada uma das instituições poder funcionar como tal. Os tribunais existem exatamente para isso. Têm conhecimento de situações dessas, denunciem-nas.

Eu lembro que em sede de Comissão foram questionados os sindicatos que lá apareceram, se tinham conhecimento de alguma situação de condenação por parte de algum júri de concurso por prática de crime ou de fraude na contratualização. Eles desconheciam, nós também.

Sr. Deputado Bruno Belo é um passo, é verdade, é um passo, uma coisa de cada vez, cada coisa depois da outra, cada coisa até ao fim, é assim que tem que ser.

**Deputado André Bradford (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** A sociedade evolui, ainda não permanecemos com as regras da monarquia porque a sociedade vai evoluindo e vão-se aplicado novas regras.

Portanto, a sociedade é dinâmica, as pessoas vivem em sociedade e essa sociedade exige que se vá regulando e regulamentando a nossa vida em sociedade, adaptando-a à sociedade enquanto tal, portanto não percebo qual é a sua dúvida.

Diz que o Governo contorna para meter quem quer. Será que se quer referir a alguma autarquia em especial, principalmente o Sr. Deputado Paulo parece certamente saberá ...

**Deputado Paulo Parece (PSD):** Eu não sou autarca!

**O Orador:** ... a autarquia de Vila do Porto num mês, depois de saber desta proposta de alteração, num mês contratou mais gente, que em cinco anos!

**Deputado Paulo Parece (PSD):** Quantos do PS?

**O Orador:** Será por isso? Não sei, não faço a mínima ideia.

Portanto, Srs. Deputados, parece-me que isto, neste caso não tenho a mínima dúvida que todas as bancadas concordarão que esta é uma medida benéfica para a transparência, é uma medida benéfica que reduz os critérios de subjetividade e a discricionariedade que possa haver, aumenta a segurança nas contratualizações, portanto não pode ser aqui preso por ter cão e preso por não ter.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** O Governo propôs, propôs muito bem e nós certamente que aprovaremos essa proposta.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Zuraida Soares, pediu a palavra para?

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Um protesto.

**Presidente:** Um protesto a?

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** À parte inicial da intervenção do Sr. Deputado, em que o Sr. Deputado acusa o BE de ter insultado e de ter denegrido a reputação e a imagem dos júris.

**Presidente:** Tem a palavra.

Dispõe de três minutos.

(\*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Na realidade não havia necessidade. Não havia necessidade porque após o nosso debate o Vice-Presidente foi muito claro no sentido de acolher aquilo que dito pelo Deputado Paulo Mendes e de abrir a possibilidade de uma proposta de alteração que vai acontecer, no sentido de eliminar a entrevista.

Chegados aqui e chegados inclusive à proposta que nós temos em mão para debate e votação, que é a prova clara de que existe, de que tem existido favorecimento e discricionarismo em alguns concursos da função pública na nossa Região, ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Isso é que é uma acusação

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Isso é uma acusação falsa!

**A Oradora:** ... a prova disso é a opção do Governo em eliminar um desses fatores de favorecimento e discricionarismo que é a entrevista, venha o Sr. Deputado João Costa com toda, enfim, o apreço que tive pela sua intervenção de uma maneira geral, mas a sua parte inicial não!

**Deputado José San-Bento (PS):** Que demagogia é essa!

**A Oradora:** Nós não podemos de maneira nenhuma branquear aquilo que existe de errado de discricionariedade, de favorecimento da parte de alguns concursos sobejamente conhecidos de todos e de todas nós, não vale a pena apontar o dedo...

**Deputado José San-Bento (PS):** Conhecidos só na sua cabeça!

**A Oradora:** ... confundir isso, branquear isso, dizendo que a nossa crítica é extensiva a todos os júris e a todos os concursos. Não, Sr. Deputado! Não é extensiva! Não é possível debaixo desse manto de não estigmatizar os júris dos concursos, branquear aquilo que alguns não fazem bem. Desculpe lá, Sr. Deputado! É como nesta Casa: quando nós metemos o pé na argola, como se costuma dizer, também nos retratamos e também ali está a Sra. Presidente para lhe chamar a atenção, tantas vezes.

Os júris não estão acima da crítica e a prova de discricionarismo e de favorecimento, é a proposta de alteração que o Governo apresenta.

Portanto, criticar uns, não é criticar todos. Isto é tão claro que não vale a pena insistir.

Portanto, Sr. Deputado, eu acho lamentável, a parte inicial da sua intervenção, o senhor vir dizer que o BE tinha insultado todos os júris. Não! Não! O BE denunciou nesta casa e continuará a fazê-lo, situações concretas em que os júris não se portam com decência, com isenção e sem discricionarismo.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Para um contraproposto, tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

Dispõe de dois minutos.

(\*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, a senhora não ouviu o que eu disse. Eu não disse que o BE tinha insultado todos os júris.

O que eu disse foi que ofendeu, ofendeu!

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Não ofendeu!

**O Orador:** Não foi o BE, foi toda a oposição, ofendeu todos os júris e todos os candidatos que foram admitidos porque pôs tudo no mesmo saco. Os senhores é que puseram. Os senhores não falaram só num caso ou noutra. Os senhores levantaram um manto de suspeição, querendo fazer crer ...

Oh, Sra. Deputada, não podem crer fazer crer que o facto de se fazer uma melhoria à lei, uma alteração que pugna por eliminar fatores que podem ser de distorção ...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** E são!

**O Orador:** Se são, são todos.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Não são todos, são alguns!

**O Orador:** Mas então diga que são alguns, não foi o que disse.

Na nossa opinião esta alteração não surge por causa da situação deste ou daquele, a lei é geral, é abstrata e deve ser cumprida para todos.

Portanto, se é uma possibilidade de se melhorar, nós pretendemos melhorar, concordamos convosco.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Pronto! Então é isso que eu quero!

**O Orador:** Certamente que haverá júris mais competentes que outros! É como tudo na vida! Há pessoas mais competentes que outras, uns serão bons, outros serão menos bons, mas daí inferir que, uma atitude, na minha perspetiva, quase paranoica, são todos uma cambada de pessoas que não prestam, estão ali para meter o fato à medida de qualquer um.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Não são todas, são algumas!

**O Orador:** Portanto, não interprete mal aquilo que eu disse porque acho que percebeu e percebeu muito bem.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos dar continuidade ao debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, da minha parte, da parte do PPM, devo dizer-lhe em primeiro lugar que nós vamos votar favoravelmente esta iniciativa do Governo e vamos votar esta iniciativa porque este é de facto um problema, a entrevista significava um elemento de subjetividade em que existem queixas sobre diferentes júris há muitos anos.

Eu lembro-me, por exemplo, de intervenções, o senhor ex-Presidente do Governo Regional, Carlos César, realizava quando estava na oposição, em que



dizia que (eu até sei a frase mais ou menos de core) estava farto e era preciso impedir aqueles concursos em que as pessoas saíam com lágrimas nos olhos porque percebiam que o lugar já estava destinado a fulano A, B ou C, ligados ao partido governamental. Isto era a crítica que fazia então, Carlos César, em 1996. Portanto, o que eu devo dizer é que evidentemente todos nós temos queixas, uma serão, como dizia há pouco um Sr. Deputado do PS, uns tem a ver com o mau perder, pura e simplesmente o concurso correu bem, mas há pessoas sempre que encontraram um pode expiatório; outras há de facto interferência e há uma entrevista que apresentava uma nota que alterava completamente a avaliação curricular, alterava não, desequilibrava.

Eu lembro-me de pessoas que tinham uma nota elevadíssima na entrevista, o que fazia com que depois alcançassem o primeiro lugar.

Todos nós conhecemos este tipo de situações.

Eu até, para não ficar apenas na abstração, vou referenciar um dos casos que detetei em 2012 nesta casa, como por exemplo este caso do concurso para a admissão de um fisioterapeuta na Unidade de saúde da Ilha do Corvo.

Pedi explicações para anulação do concurso e a resposta ao requerimento dizia o seguinte: “Por despacho de Sua Excelência o Secretário Regional da Saúde, de 26 do 10 de 2012”. E o que é que eu fiz? Eu perguntei: “Então peça ao Governo que me dê a cópia do despacho do Secretário Regional da Saúde, datado de 26 do 10 de 2012”. Sabem qual foi a resposta? É evidente que tinha ficado colada uma pessoa que não agradou.

A resposta do requerimento do Governo foi a seguinte: “A orientação dada por Sua Excelência o Secretário Regional da Saúde, de 26 do 10 de 2012, foi dada verbalmente, pelo qual não é possível remeter uma cópia”, ou seja, a indicação para a anulação foi dada verbalmente. Quando eu pedi cópia do despacho, foi-me dito: “Não existe! Foi dado verbalmente”. Isto está no requerimento n.º 1610 de 23 de janeiro de 2013.

Portanto, esta é uma das situações que eu detetei, a anulação de um concurso.

Portanto, há aqui um conjunto de circunstâncias de concursos que de facto existem razões para existir suspeição em relação aos seus resultados e esta iniciativa do Governo Regional, não resolvendo um problema totalmente, é evidente que é um passo nesse sentido, ainda por cima quando aceita a iniciativa aqui do CDS-PP, que fez um conjunto de propostas que tornam ainda mais transparente este processo e portanto são válvulas de segurança que permitem tornar o processo mais seguro e portanto V. Exa. já transmitiu que está na disposição de aceitar essas propostas de alteração.

Portanto, nesse sentido, penso que estão criadas as condições para votar favoravelmente esta iniciativa, tendo em conta que evidentemente enquanto estiver em vigor e for aplicada vamos encontrar algumas insuficiências, mas cá estaremos para voltar a fazer uma intervenção no diploma, se tal se revelar necessário.

Portanto, aqui o que tenho a dizer é que é uma proposta que, não resolvendo o problema, o problema da subjetividade até na análise curricular há sempre um elemento de subjetividade, não é possível eliminar completamente, o que é possível é de facto que quem está nos concursos o faço com toda a seriedade e isso não é possível garantir inteiramente, nenhum Governo do mundo consegue garanti-lo.

De qualquer das formas é uma iniciativa que considero que é positiva. Há uma boa proposta do CDS que será acolhida e, portanto, nestas condições, a Representação Parlamentar do PPM, votará favoravelmente esta iniciativa do Governo.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Sr. Deputado João Vasco Costa, respeito a sua opinião, tal qual V. Exa. respeita a minha. Nessa matéria estamos entendidos.

O que eu não percebo é por que é que V. Exa., eu acho que quando a gente se dirige à oposição, a oposição não é toda igual: o BE é uma coisa, o CDS é outra, o PPM é outra e o PSD é outra.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Às vezes não parece!

**O Orador:** A oposição não é toda igual!

Portanto, quando se dirigir a mim e eu vou responder à parte que se dirigiu a mim.

V. Exa. não tem que ficar chateado, acho eu, por o CDS votar favoravelmente essa iniciativa do Governo e achá-la positiva e nós não vamos fazer nenhum drama disso, porque há muito tempo que defendemos isso, há muito tempo que eu digo, não é de agora. Se for consultar o diário das sessões, se tiver essa paciência, eu próprio “concurso de alfaiate” a expressão é minha e ao fim de uns anos foi-se detetando, podia não ser, podia até ser uma coisa boa, mas não é, desvirtuaram a entrevista e não digo que a culpa é do Governo. Nem todos os concursos desta Região foram naturalmente para beneficiar alguém.

Devo dizer-lhe, eu próprio fui presidente de júri de vários concursos, inclusivamente para um médico dentista para a sua ilha, inclusivamente fui presidente desse júri e inclusivamente tive que me chatear com o Sr. Diretor do Centro de Saúde, eu e os meus dois colegas do júri, porque não aceitamos pressões de forma alguma.

Por acaso, agora falando em partidos, na altura nenhum de nós tinha responsabilidades políticas, um veio do PS, o outro do CDS e a outra do PSD. Portanto, nenhum de nós tinha responsabilidade políticas, éramos em 2001 médicos dentistas dos quadros do centro de saúde da Região e não aceitamos pressões, mas elas foram feitas e como nós não aceitamos, também há quem as tenha aceite, ou quem tenha cedido e eu conheço casos desses.

Eu não estou a dizer que foi o Governo, que foi o secretário, que foi o presidente do Governo, que foi o Sr. Vice-Presidente, isso raramente acontece. É nas chefias intermédias!

Havia uma expressão na faculdade que eu não vou aqui dizer, aliás eu vou dizê-la porque ela não ofende ninguém, quando a gente se referia ao professor e ao assistente, portanto o professor era a entidade máxima e o assistente era o que estava cá por baixo e quando o gajo nos malhava, a gente dizia “pois é, o cão é pior que o dono”.

Portanto, às vezes na Administração Pública, muitas coisas que acontecem não são culpa do Governo, são culpa de alguns “mangas de alpaca” que lá estão e existem, não é só aqui, é aqui, é na Madeira, é no continente, onde ela existe e é condenável em qualquer parte e nisso o Sr. Deputado está de acordo comigo, ela é condenável em qualquer parte e nós temos o dever e a obrigação de combatê-la. É isso que eu quero fazer, o Governo deu um passo em frente, ainda bem, aceita a proposta do CDS para tornar mais transparente este concurso, ainda bem, portanto estamos todos bem e nós tínhamos até outras propostas do 60/40, mas consideramos razoável também a de 70/30, do Governo.

Portanto, o que interessa aqui, o que nós queremos aqui garantir é que haja o máximo de transparência, que haja o máximo de isenção nos concursos públicos.

O Governo deu o seu contributo, um passo decisivo, o CDS deu o seu contributo e fica satisfeito que o PS aceite a proposta do CDS que vem tornar mais transparente os concursos públicos na Região Autónoma dos Açores. Ficam a ganhar os açorianos, ficam a ganhar todos. A classe política credibiliza, os membros do júri que ficam mais salvaguardados e os concorrentes que ficam com a garantia de terem o concurso o mais isento possível, não é o concurso perfeito, mas o mais isento possível.

É isso que nós aqui defendemos, é essa a proposta que nós aqui fizemos, portanto, eu acho que ao ser aprovado ficamos todos satisfeitos nessa matéria, Sr. Deputado João Vasco Costa.

**Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Ninguém bateu palmas!

**O Orador:** Pode aplaudir Sr. Vice-Presidente, faça favor.

**Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Até agora!

**O Orador:** Não, mas vai concordar comigo porque aliás já se falou nessa coisa, que é, por exemplo, eu acho que quando um chefe de divisão - aliás o Governo tem pensado sobre isso e tem falado sobre isso – um diretor de serviços, etc, por exemplo a nomeação em regime de substituição eu entendo que não deve contar no currículo desse indivíduo para o lugar em causa, quando for a concurso. Nomeia-se em regime de substituição. Substituição de quem, se não tinha lá ninguém? Esta é uma pergunta e é uma questão que eu aqui deixo.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Seis meses. Não precisa abrir concurso!

**O Orador:** Um chefe de divisão, um diretor de serviços, é nomeado em regime de substituição o Joaquim Francisco, mas vai substituir quem? Não havia lá ninguém!

Portanto, quando dá jeito tem que se fazer, mas na minha opinião, o CDS vai refletir sobre essa matéria, o desempenho desse cargo nessa altura, nesses seis meses, nesses quatro ou cinco meses que lá estão, não deve contar para a avaliação sumativa desse candidato, porque é nomeado sem nenhuma experiência, é nomeado porque é nomeado, pronto!

É outro nível que também nós temos que discutir aqui.

Portanto, acho que é uma boa alteração, acolhendo as propostas neste caso do CDS e presumo que outras que haverão também do BE, que eu tenha conhecimento, portanto não é de toda a oposição, é do CDS, é do BE, é do PSD. As do CDS são estas, eram duas, razoavelmente achamos que aprovando aquela já introduz mais um fator de controlo, mais um fator de isenção ...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... portanto, muito obrigado Sra. Presidente pela sua tolerância.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

O CDS esgotou o seu tempo para este debate.

O Sr. Deputado João Paulo Corvelo, pede a palavra para?

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Para solicitar um intervalo regimental de quinze minutos.

**Presidente:** É regimental.

Regressamos dentro de 15 minutos.

*Eram 17 horas.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares, para recomeçarmos os nossos trabalhos.

*Eram 17 horas e 41 minutos.*

Vamos continuar o debate sobre esta iniciativa do Governo.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Bruno Belo.

(\*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Vasco, na sequência das suas palavras, o Sr. Deputado insinuou que eu talvez me tivesse a referir a algum concurso de alguma câmara municipal e que aparentemente estariam a fazer os concursos apressadamente para que o procedimento da entrevista ainda fosse realizado e depois deixaria de ser realizado.

Só queria lembrar-lhe que neste momento o Governo Regional procedeu à abertura de 762 vagas ...

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Que comparação!

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Eu não penso assim, mas pronto.

**O Orador:** ... e não me queira dizer que é precisamente por isso também.

Sr. Deputado, o PSD vai aprovar essa proposta, o PSD concorda com esta proposta, não obstante as críticas que fez ...

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Injustas!

**O Orador:** ... e o PSD não criticou os júris, o PSD aquilo que fez, e faz, é criticar as ingerências no júri, que é uma coisa diferente de criticar o júri.

Sr. Deputado, aquilo que o PSD não quer, e peço-lhe atenção, é alguma coisa do tipo daquilo que lhe vou ler, isso tem a ver com o concurso da RIAC que eu falei na minha intervenção anterior: “é de realçar que o Presidente do júri, que tem como habilitações literárias o equivalente ao 12.º ano, tirado no curso profissional de cabeleireira é a atual coordenadora da RIAC, que passou de operadora de *front office* da RIAC para coordenadora, sendo o motivo da sua nomeação pelo vogal da direção ter gostado dela”.

Parafraseando o vogal da direção: “Eu gostei dela!”.

**Deputado Carlos Silva (PS):** O senhor não gosta de cabeleiras?

**O Orador:** Portanto, é isso que o PSD não concorda que se façam nas nomeações e nos concursos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Então diz uma coisa, depois diz outra!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em conclusão, esta proposta que o Governo apresenta, é mais um contributo inovador, no contexto nacional da administração pública para reforçar aquilo que são os princípios da transparência, do rigor e da isenção da Administração Pública Regional.

Fizemo-lo com sentido inovador quando criámos a bolsa de emprego público dos Açores, porque até essa altura os concursos públicos eram dispersos por jornais e por publicações mais ou menos periódicas e não havia um único sítio onde obrigatoriamente todos os concursos públicos tivessem devidamente anunciados.

Para reforçar esses objetivos criámos a Bolsa de Emprego Público dos Açores, onde todos os concursos públicos são obrigatoriamente publicados e faz com que todos os açorianos ou não açorianos possam ter acesso, em igualdade de circunstâncias a esses mesmos concursos.

Depois, de acordo com um compromisso assumido nesta legislatura, estamos a cumprir este compromisso ao anular qualquer possibilidade de subjetividade nos concursos, reforçando assim a sua transparência, o seu rigor e a sua isenção, na medida em que se define como métodos de seleção exclusivamente a prova de conhecimentos e a avaliação curricular e para reforçar ainda mais estes princípios acolhemos, no âmbito deste debate uma proposta do PP e iremos acolher também outra proposta do BE.

Permitam-me que vos diga que cada vez que identificar um exemplo mais ou menos verídico, não vou discutir essas matérias, sobre situações no âmbito de concursos, mais valida a oportunidade desta proposta, mais valida a iniciativa do Governo dos Açores e mais assegura que o Governo dos Açores, quer efetivamente, sem qualquer tipo de dúvidas, que todos os concursos da Administração Pública Regional, sejam caracterizados pela máxima



transparência, pelo máximo rigor e pela máxima isenção a bem dos Açores e a bem de um administração pública, cada vez melhor ao serviço dos açorianos.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente do Governo.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação na generalidade desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Entramos agora no debate e votação na especialidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(\*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS, em função da proposta apresentada pelo BE, com a qual concordamos e para que aprovando a nossa, não se consiga aprovar a vossa que consideramos mais completa, o Grupo Parlamentar do PS retira a sua proposta, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Deputado Carlos Silva (PS):** Viva a democracia!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sendo assim não deverão considerar esta proposta do PS na votação.

Informo que todas as Sras. e Srs. Deputados, dispõem da proposta de alteração entregue à Mesa pelo CDS e pelo BE.

Julgo não haver mais inscrições, pelo que vamos então passar às votações.

Este diploma apresentado pelo Governo tem seis artigos.

O seu art.º 1.º propõe alterar o art.º 2.º e 6.º do diploma original.

As propostas de alteração são apenas para o art.º 6.º.

Coloco à votação então a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao art.º 6.º.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

(\*) **Deputado André Bradford (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Se calhar podíamos votar só as propostas de alteração referentes ao ponto 9 em separado e depois todas as outras em conjunto, se for possível.

**Presidente:** Vamos então fazer a votação em separado.

Está então à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao n.º 9 do art.º 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Está então agora à votação a proposta de alteração para o n.º 10, deste mesmo artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e uma abstenção do PPM.

**Presidente:** Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao n.º 11 do art.º 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e um voto a favor do PPM.

**Presidente:** Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao n.º 12 do art.º 6.º.

*(Aparte inaudível)*

**Presidente:** Ah, é a renumeração.

Sendo assim não faz sentido colocar à votação nem o n.º 12, nem também o n.º 13, que é o antigo n.º 9 da proposta do Governo.

Muito bem, avançamos então agora para as propostas de alteração apresentadas pelo BE.

Pergunto também se iremos votá-las ponto a ponto, em relação ao BE?

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

**(\*) Deputado André Bradford (PS):** Em relação ao Grupo Parlamentar do PS nós podemos votar o ponto 9 em separado e os outros em conjunto.

**Presidente:** Pergunto se há alguma objeção a esta proposta de votação?

Não há?

Será então votado desta forma.

Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo BE ao n.º 9 do art.º 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Está então agora à votação a proposta de alteração do BE, nomeadamente para os n.ºs 12, 13 e o 14 que era também uma renumeração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e um voto a favor do PPM.

**Presidente:** Está então agora à votação o art.º 1.º desta Proposta de DLR, com as alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Coloco à câmara a possibilidade de votarmos os restantes cinco artigos deste diploma em conjunto.

Julgo não haver oposição.

Sendo assim está à votação o art.º 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º, do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Em votação final global a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Mendes, pede a palavra para?

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Para uma declaração de voto.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O BE veio reforçar aqui aquela que foi uma proposta apresentada pelo Governo Regional, que de facto procura impor rigor, isenção e transparência na admissão de pessoal na Administração Pública Regional.

Com a proposta de alteração da nossa autoria, do BE e com a sua aprovação temos maiores garantias de que a entrevista não será novamente uma prática corrente.

Lamentamos, tão somente, que duas das nossas outras duas propostas de alteração não tenham sido aprovadas. São propostas que se fundamentam não em preciosismos por parte do BE, mas sim em pareceres do próprio Provedor de Justiça que tem a ver com a possibilidade de os júris de concurso serem maioritariamente ao mapa de pessoal que integra o posto de trabalho objeto do concurso e a garantia de anonimato na realização de provas de conhecimentos.

Consideramos que apesar de tudo esta proposta agora aprovada de alteração, digamos aos trâmites de seleção e admissão de pessoal da Administração Pública Regional, trará uma mais valia para a nossa Região e é também uma forma de honrar todos aqueles que se sentiram e que efetivamente foram prejudicados em processos de seleção menos claros.

É também uma forma de honrar o princípio constitucional de garantir a igualdade de acesso à administração pública.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Vasco Costa para uma declaração de voto tem a palavra.

(\*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PS congratula-se com a aprovação das alterações apresentadas e do diploma também apresentado, que manifesta de uma forma clara, inequívoca, na nossa perspetiva, uma vontade de maior transparência, de maior igualdade de tratamento, possibilitar uma cada vez maior igualdade de tratamento, sabendo-se que o caminho da legislação se faz caminhando e portanto também isso prova que independentemente de cor ou de credo, o Grupo Parlamentar do PS quando as propostas são boas, também as aprova.

Muto obrigado, Sra. Presidente.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora para o ponto 4 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 86/XI – “Alargamento da participação de cada jovem no programa Bento de Góis”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Para apresentação da iniciativa tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva.

**Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O programa Bento de Góis destina-se a jovens residentes nos Açores, com idades entre os 12 e os 26 anos e visa promover a sua mobilidade regional, nacional e internacional, enquanto experiência estimulante, enriquecedora e estruturante, no sentido de entidades açorianas e de cidadania europeia.

Programas como este constituem para os jovens um instrumento fundamental, de fomento da sua autonomização, projeção criativa e mobilidade, mobilidade esta que deve ser concebida como meio privilegiado para alargar e enriquecer a formação e as experiências dos jovens, reforçar a sua versatilidade e

empregabilidade, bem como para desenvolver a sua compreensão intercultural e social.

Assim, espera-se dos poderes públicos a capacidade de interpretar os impactos da aplicabilidade dos diplomas em vigor, em caso em apreço junto dos jovens e entidades promotoras, apoiando-os no seu desenvolvimento e na construção de oportunidades para que os jovens sejam participantes ativos na vida das suas comunidades.

O programa Bento de Góis tem sido um instrumento fundamental e positivo na acessibilidade de jovens ao território nacional, à Europa e à diáspora, pois apoios como este tem um valor acrescido numa Região marcada pelo seu carácter arquipelágico e ultraperiférico.

No entender do Grupo Parlamentar do CDS importa aperfeiçoá-lo e melhorá-lo, tendo em conta as experiências dos candidatos.

As entidades promotoras que apresentam candidaturas ao programa Bento de Góis são diversas, entre as quais estabelecimentos de ensino básico, secundário e profissional e proporcionam a participação de jovens em atividades em diferentes áreas como a expressão sócio cultural, recreativa, artística, pedagógica ou científica.

Para muitas instituições é através deste apoio que é possível a participação de jovens em diversos eventos em outras ilhas a nível regional, ou mesmo a nível nacional, pois tais instituições não têm possibilidade de assegurar estas despesas de deslocação, nem muitas vezes os próprios encarregados de educação têm capacidade financeira para tal, proporcionando assim igualdade de oportunidade dos nossos alunos relativamente aos restantes do território nacional.

Contudo, no diploma em vigor relativo a este programa, a portaria n.º 36/2011 de 19 de maio de 2011, n.º 3, do at.º 6.º, só é possível cada jovem participante integrar um projeto por cada ano civil, o que muitas vezes impossibilita o jovem que obteve o melhor resultado de participar na fase seguinte do evento, como

acontece quando o jovem se desloca a outra ilha para participar na fase regional de determinado evento, em que ganha o mesmo e fica impossibilitado de participar, de realizar uma candidatura para participar na fase seguinte.

Por outro lado, o Grupo parlamentar do CDS entende que o limite fixado para as candidaturas no âmbito do programa atualmente compreendida entre os 12 e os 26 anos deve ser alargado, de forma a permitir uma maior amplitude da sua ação.

Neste sentido o CDS propõe que a idade mínima para o acesso ao programa seja fixada nos oito anos de idade, de forma a permitir a participação dos mais jovens no âmbito do projeto.

Esta proposta do CDS visa assim melhorar e adaptar o programa Bento de Góis, passados sete anos após a sua implementação.

Tratam-se de medidas que foram aceites pela generalidade dos pareceres recebidos em sede de comissão e que constituirão com a sua aprovação um alargamento das condições de participação a alunos, professores, formandos e encarregados de educação.

Neste sentido o Grupo Parlamentar do CDS propõe que esta Assembleia recomende ao governo o alargamento que confere a possibilidade de cada jovem poder integrar mais do que um projeto por ano civil do que a idade dos destinatários seja compreendida entre os oito e os 26 anos de idade e que o programa seja alargado no âmbito da ajuda às deslocações, ao alojamento, à alimentação, procedendo assim à clarificação das condições e pressupostos das candidaturas, permitindo uma maior amplitude da prossecução dos objetivos do programa.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.



Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

(\*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O programa Bento de Góis, visa efetivamente promover a sua mobilidade a sua mobilidade regional, nacional e internacional, enquanto experiência estimulante, enriquecedora e estruturante no sentido de identidade açoriana e de cidadania europeia.

É um instrumento fundamental de fomento da sua autonomização, projeção criativa e mobilidade.

Esta mobilidade deve ser concebida como um meio privilegiado para alargar e enriquecer a formação e as experiências dos jovens, reforçar a sua versatilidade e empregabilidade, bem como para desenvolver a sua compreensão intercultural e social.

Mais, o programa Bento de Góis tem sido um instrumento fundamental na acessibilidade dos nossos jovens ao território nacional, à Europa, à nossa diáspora, pois apoios como este têm um valor acrescido numa Região marcada pelo seu carácter arquipelágico e ultraperiférico.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acabei de citar partes do enquadramento que é feito pelo CDS-PP no seu Projeto de Resolução.

Quase que poderia dizer: “eu não diria melhor”, mas efetivamente vou fazê-lo, até porque este é um programa que este Grupo Parlamentar e este partido se orgulha de ter implementado nesta Região e que é reconhecido pelos jovens açorianos como um bom programa, tendo uma boa abrangência.

Por isso acho pertinente esclarecer, dizer e informar as pessoas do seguinte:

O programa Bento de Góis tem três ações, uma delas que promove as deslocações na Região e no restante território nacional, intercâmbios na Região e também uma mobilidade internacional.

Tem faixas etárias, como foi dito pelo Sr. Deputado, que abrangem jovens dos 12 aos 26 anos, não significando isso que quem não esteja nesta faixa etária, não tenha acesso a apoios.

À data da audição do Governo, em Comissão, tivemos a informação por parte do Sr. Secretário que este programa já tinha abrangido só este ano, cerca de 1 700 jovens, isso mostra efetivamente a abrangência do programa deste bom programa do Governo Regional.

O programa bento de Góis à semelhança de outros, conseguiu que os jovens açorianos de uma forma generalizada, conhecessem até a sua própria Região; faz com que os jovens açorianos tenham experiências dentro da sua própria Região, em ilhas diferentes das suas e até em outras Regiões; que promovam o seu enriquecimento cultural e pessoal porque isso efetivamente enriquecerá a nossa própria Região. Nós acreditamos isso e efetivamos esse objetivo.

Disse.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(\*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD concorda e reconhece tudo aquilo que foi dito até agora, nomeadamente todos os elogios feitos ao programa, não há a mínima dúvida que é um programa com muita qualidade, gostaríamos nós que essa abrangência obviamente fosse alargada a outras faixas etárias e não vinha mal ao mundo se de facto o programa fosse tomado um programa infantojuvenil, iniciando-se a partir dos oito anos de idade porque de facto seriam mais jovens e neste caso crianças açorianas, tuteladas à partida por professores que poderiam usufruir do plano, portanto, isto só prova a qualidade do programa em que estamos a falar e a possibilidade de ser alargado a outras faixas etárias.

Lamentamos que mais uma vez o PS se feche em si próprio, nas suas convicções e que não reconheça aqui a benesse de alargar esta faixa etária, até porque se é certo que a partir dos oito anos se considera que estas crianças estão fora da abrangência da Direção Regional da Juventude, também estarão a partir dos 12 anos que não engloba, obviamente a faixa etária que o Sr. Secretário usou como um argumento em sede de Comissão que obviamente a Direção Regional da Juventude estava focada para jovens entre os 15 e os 34 anos, mas também é certo e basta ler um dos pareceres, nomeadamente a Escola Profissional a Horta, que diz que de facto não faz muito sentido a faixa etária limite estar nos 26 anos de idade, até porque com base naquilo que está estipulado na Região podemos ter alunos com 28 anos de idade que ainda podem frequentar o ensino profissional, mas não podem de forma lamentável usufruir deste programa, portanto faria todo o sentido que aqui houvesse uma revisão da faixa etária de possíveis alunos que podem usufruir do programa e assim dotar o mesmo programa de mais experiências e de possibilitar a todos os açorianos de forma idêntica, poderem usufruir deste programa.

Recordo também que a nível de taxas de execução e olhando para a taxa de execução do ano passado, portanto de uma dotação de 120 mil euros, não foi gasto na totalidade, portanto não há de ser por falta de financiamento, poderia haver aqui um esforço por parte da Direção Regional de alargar este programa, no sentido de viram mais jovens açorianos e não vem mal ao mundo, como já referi, torná-lo um programa infantojuvenil.

Disse.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A criação do Programa "Bento de Góis" trouxe uma inovação a nível regional com a integração de todos os programas de educação e formação e da juventude sob um mesmo enquadramento. Este programa visa igualmente proporcionar ao jovem açoriano o acesso à mobilidade internacional, enquanto experiência estimulante, enriquecedora e estruturante.

Os projetos aprovados agregam opções nas áreas da expressão sociocultural, recreativa, artística, pedagógica, desportiva e científica. Julgo ser unânime a ideia de que a juventude enfrenta hoje desafios únicos. As alterações no mercado de trabalho, as mudanças sociais e a evolução tecnológica permanente serão, talvez, as mais significativas. Desta forma o PCP entende que devem ser feitos todos os esforços necessários para apoiar todos os jovens e crianças açorianas.

Consideramos que as melhorias que a resolução propõe para fazer face às deficiências do programa são insuficientes. As verbas a serem atribuídas a este programa deveriam ser um dos principais focos deste debate.

Defendemos que o programa deve custear todo o período fora da RAA (deslocação, alojamento, alimentação).

Realçamos que só algumas despesas são assumidas, o que promove a perspectiva do ensino e da formação numa lógica mercantilista de satisfação do mercado. No projecto resolutivo faltam muitas recomendações que levem a uma efectiva democratização e promoção do acesso ao programa.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda relativamente à resolução apresentada, o aumento da limitação da idade em nada irá prejudicar o programa e os seus candidatos bem pelo contrário proporciona a que o alcance seja maior.

A possibilidade de mais que um projecto por jovem deve ser aceite desde que essa medida não crie constrangimentos no programa que já está em vigor, ou seja, não deve impedir o leque de jovens de aumentar sendo que todos têm direito a usufruir destes apoios.

Ao aumentarmos as condições deste programa incentivar-se-á indirectamente o sucesso escolar e o interesse pelo conhecimento. Sugerimos ainda a ponderação para um aumento da idade integrada no projecto de 26 para 28, sendo esta mais abrangente das várias faixas etárias que frequentam o ensino açoriano, ou seja, a inclusão dos alunos que frequentam o ensino profissional.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Então concordam!

**O Orador:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este programa deve ser apoiado por este parlamento porque muitas famílias açorianas têm grandes dificuldades para proporcionar aos jovens experiências que sejam mais dispendiosas como o simples facto de viajar.

Uma viagem para uma família torna-se num custo agravado que afecta a economia anual da mesma.

As condicionantes intrínsecas da insularidade, sobretudo em ilhas menos populosas e mais isoladas, dificultam ou impedem, em muitos casos, o acesso ao conhecimento não apenas da realidade geográfica e cultural do seu próprio arquipélago, como do continente de que fazem parte.

Os poucos recursos financeiros, que caracterizam uma significativa mostra dos nossos alunos, é efectivamente outra realidade e factor limitativo à mobilidade jovem dentro e para o exterior do nosso país, conforme defendido no projecto em análise.

Assim este programa vem apoiar as famílias açorianas na sua adaptação e inserção na realidade socio-económica e proporciona aos jovens um enriquecimento da sua formação e realização pessoal.

E reforçamos que é necessário adaptar as verbas concedidas com a realidade económica actual para possibilitar o alargamento e enriquecimento da formação e das experiências dos jovens, reforçando a sua versatilidade e empregabilidade, bem como para desenvolver a sua compreensão intercultural. Esperando que estes um dia mais tarde sejam participantes activos na vida das suas comunidades.

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estava aqui a pensar em relação à forma como estão aqui a decorrer estes trabalhos, eu penso que que ilustram bem a posição de cada partido e também a forma como o debate político se faz na nossa Região.

Há pouco aprovámos um diploma do Governo, aprovado pela oposição que apresentou dúvidas, apresentou sugestões e aprovou a iniciativa do Governo de forma construtiva.

**Deputado André Bradford (PS):** Acabámos de aprovar duas propostas da oposição!

**O Orador:** Temos agora uma iniciativa do CDS-PP, que começa por valorizar o programa em questão, o programa Bento de Góis, que valoriza, que considera que é um programa importante e que pretende melhorar e alargar o seu âmbito para que possa ser mais justo e que possa ter uma importância ainda maior, no âmbito do seu impacto na juventude e na mobilidade da juventude açoriano.

Bem, mas agora que é uma proposta da oposição já o Governo tende a desvalorizar aquilo que é uma iniciativa da oposição, ou seja, o diálogo é importante, as sugestões são importantes, mas é apenas quando valorizam as questões, os diplomas ou as iniciativas do Governo.

**Deputado André Bradford (PS):** Veja lá se daqui a bocadinho não vai dizer outra coisa contrária àquilo que está a dizer!

**O Orador:** O que eu acho é que nesta matéria, olhando para o conjunto de argumentos que foram apresentados, para os pareceres que foram apresentados também pelas diversas instituições, que foram consultadas, não há nenhuma dúvida que as propostas que o CDS-PP aqui faz valorizam o programa, valorizam o programa, tornam mais justo a sua aplicação e portanto conduzem a um conjunto de vantagens bastante significativas, até porque como aqui já foi referenciado por parte do PSD, a execução não tem sido uma execução a 100% , portanto existem os meios financeiros para permitir este alargamento do programa.

Nestas circunstâncias eu não vejo que existam argumentos válidos para que esta proposta do CDS-PP, porque é um contributo muito positivo, a aprovação possa ser inviabilizada no âmbito deste Parlamento.

Nós da nossa parte, a nossa postura é a mesma de há pouco, aprovámos uma iniciativa do Governo que considerámos que era positiva e agora também consideramos que esta iniciativa do CDS-PP, é uma iniciativa que introduz justiça no programa, que alarga o seu âmbito de uma forma também justa e eficaz, por isso nós vamos também votar favoravelmente esta iniciativa do CDS-PP e o meu apelo é que o Governo também faça uma análise justa desta iniciativa e que também faça uma apreciação que não enverede na guerrilha política de quem é quem, ou de achar que apenas o Governo é ele que tem razão, ou que as suas propostas é que são as propostas válidas.

Num debate político que se quer com elevação é importante que se reconheça o conjunto de argumentos que são positivos e os argumentos apresentados pelo CDS-PP no âmbito desta iniciativa são justos e não foram de forma nenhuma rebatidos no âmbito da discussão da Comissão e também na discussão que aqui

já se realizou. Não foram rebatidos, não foram inviabilizados, portanto o diploma tem todas as condições para ser aprovado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem, Sr. Deputado!

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem agora a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do BE reconhece a pertinência da proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS, já estou a ver ali o Sr. Deputado Artur Lima com ligeiras reservas ou desconfianças.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não, não! É só por causa da minha hérnia cervical!

**O Orador:** Consideramos que o Grupo Parlamentar do CDS identificou lacunas neste programa, mais do que isso essas lacunas levam a concluir que o programa está desatualizado, desde já, estou a referir-me a alguns aspetos, um deles até foi referenciado pela Sra. Deputada Mónica Seidi e tem a ver com o alargamento da idade limite que faz todo o sentido e faz todo o sentido se atendermos àquela que é a realidade do ensino profissional em que os alunos podem até terminar o curso, até completarem os 28 anos de idade, portanto faria sentido alargar a idade limite para acesso a este programa.

**Deputado André Bradford (PS):** Por que é que não vai para os cinco anos? Por que é que vai para os oito?

**O Orador:** Depois também é de referir a comparticipação atual do custo da viagem que se situa nos 60%, tendo como referência a tarifa de residente mais económica.

Ora, esse também será um critério que está desatualizado face ao novo modelo de apoio à aquisição de viagens para o continente por parte de residentes e claramente o apoio que é neste momento prestado para alojamento, está não só



desatualizado, como é deveras insuficiente, porque 10 euros de comparticipação diária para alojamento, parece-nos que é muito pouco e esse valor deverá ser de todo aumentado.

Obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Começo por cumprimentar e saudar o Sr. Deputado Jorge Paiva, a Sra. Deputada Rute Gregório, a Sra. Deputada Sabrina Furtado ...

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Isso é que é falar!

**O Orador:** ... pelo início das suas funções neste Parlamento, desejando-lhe as maiores felicidades no desempenho das vossas funções que agora iniciam.

Tendo em conta aquilo que está aqui em discussão, o programa Bento de Góis que é um dos instrumentos que a Região tem de apoio à mobilidade juvenil, é sempre um gosto para o Governo dos Açores, abordar este assunto, abordar o tema da mobilidade pela importância que tem para o futuro da nossa Região.

Tem sido nossa preocupação, de quem tutela as políticas de juventude na Região, de valorizar a importância da mobilidade para reforçar a coesão no futuro dos Açores. É assim por exemplo no cartão Interjovem, é assim também no Bento de Góis, isto porque achamos que quanto maior for o conhecimento dos jovens açorianos das outras ilhas dos Açores, maior será a sua predisposição para no futuro conhecer e reconhecer as evidentes diferenças que existem entre cada uma das ilhas e desta foram contribuir ativamente para um reforço dessa coesão e da nossa identidade coletiva enquanto Região.

Além disso também temos vindo a reforçar e é importante que continuemos a reforçar a perspetiva, permitem-me a expressão, pedagógica e educativa deste

tipo de instrumentos de mobilidade, para que isto não possa ser vítima da visão redutora que às vezes existe nestes instrumentos de apoio à mobilidade que só servem para fazer viagens e ir aos festivais de verão.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Olá! Os barcos andavam vazios, desembarcavam aí!

**Orador:** Temos trabalhado ... sendo que é importante também ir aos festivais de verão, mas temos valorizado aqui a perspetiva de aprendizagem, de enriquecimento curricular, de enriquecimento da educação não formal, por isso é que, por exemplo, no âmbito do Cartão Interjovem, o Cartão Interjovem passa a dar entradas gratuitas nos museus e centros interpretativos da nossa Região e no caso do Bento de Góis temos valorizado também os grupos escolares que fazem deslocações no âmbito de visitas de estudo e de intercâmbios que potenciem a aprendizagem dos jovens que frequentam este tipo de programas.

O CDS-PP apresenta aqui este Projeto de Resolução que prevê, na sua perspetiva, legítima com certeza, alterações em três âmbitos: primeiro âmbito, no que tem que ver com as questões relacionadas com a idade, enfim, a faixa e a idade que é adotada para apoiar; em segundo lugar, naquilo que tem que ver com a proibição, ou não de, no mesmo ano civil, o jovem ou o grupo poder candidatar-se novamente ao programa Bento de Góis e a terceira vertente é a consagração do apoio ao alojamento e à alimentação.

Naquilo que se refere à questão da idade, eu devo dizer que não concordo com essa proposta, aliás segundo aquilo que consta do enquadramento das políticas de juventude na Região Autónoma dos Açores, que está aliás consagrado em Decreto Legislativo Regional, está definido como limite mínimo para os apoios à juventude e serem considerados enquanto ilegíveis para concorrer aos programas da Direção Regional da Juventude, o limite mínimo de idade de 12 anos. Isso tem que ver e essa definição tem que ver também com o facto e na abordagem aquando da construção deste programa foi feita, os 12 anos tem que

ver também com o início do 3.º ciclo de escolaridade, em que há também já um conjunto de projetos escolares que consideram e que tem em conta, também, a possibilidade de deslocações de vistas de estudo já numa idade, permitam-me a expressão em termos logísticos, permita também isso.

Daí esta definição e este limite mínimo também dos 12 anos no programa Bento de Góis.

Portanto, seria com certeza interessante que qualquer projeto de apoio à mobilidade juvenil pudesse abranger todas as faixas etárias da nossa Região.

No caso da Direção Regional da Juventude, o programa Bento de Góis define limite mínimo também tendo em conta aquilo que está consagrado em termos legislativos do limite mínimo de idade os 12 anos e foi a opção que isso fosse até aos 26 anos.

Portanto, naquilo que se refere a esta primeira vertente da idade, o Governo dos Açores naquilo que é a sua competência e que é minha tutela na Direção Regional da Juventude, não concordamos com essa alteração, sem prejuízo naturalmente para as outras faixas etárias existirem programas que apoiem os projetos que têm que ver com essas faixas etárias e isso na nossa perspetiva enfim, poderá também ser considerado e avaliado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas porquê?

**O Orador:** Naquilo que tem que ver com a proibição de concorrer no mesmo ano, isso não está dito de forma clara na parte resolutiva, mas está abordado no preâmbulo e de facto o CDS tem razão e ocorria depois de me ter chegado uma queixa à Direção Regional da Juventude, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah, já alterou!

**O Orador:** ... o CDS-PP tem razão, porque o Bento de Góis promovia na nossa perspetiva, até com alguma divergência com os serviços e os quadros intermédios da Direção Regional da Juventude, promovia aquilo que na minha perspetiva é uma injustiça, de facto, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Então vote!

**O Orador:** ... ou seja tendo em conta aquilo que consta do enquadramento legal e tendo em conta a forma como a plataforma em que se concorre ao Bento de Góis está construída e que é construída conforme aquilo que é definido, quer em letra de lei, quer através da portaria que define os critérios e regras de funcionamento do programa, impedia que um jovem que tivesse concorrido uma vez naquele ano, não pudesse voltar a concorrer. Isso faz sentido, faz sentido porque isso permite que outros jovens e outras organizações, possam concorrer também.

Aquilo que não faz sentido e aí é que é a injustiça, é que um jovem ou uma organização que, através do Bento de Góis concorrem a um concurso, passe o pleonasma e ganham, passando para a fase seguinte, o Bento de Góis tem que considerar que indo à segunda fase ou às fases seguintes possa ser também apoiado e nesta perspetiva o CDS sinalizou corretamente essa questão, tal como pude também referir na audição que tive na audição que tive na Comissão Parlamentar e nesta questão em concreto o CDS tem razão, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não temos razão nenhuma!

**O Orador:** ... de facto não faz sentido e o programa Bento de Góis será alterado nessa perspetiva para quando está em causa um projeto em que se candidata e que tenha várias fases, a plataforma e a portaria que regula este programa tem que garantir que quem passa a primeira fase tem que ser apoiado também nas fases seguintes, como acontece também nos programas que temos aqui, no âmbito do Parlamento de Jovens, no concurso Euroescola, quem ganha a fase regional, tem obviamente apoio para a fase nacional e ganhando a fase nacional tem também apoio para a fase europeia em Estrasburgo e, portanto, desse ponto de vista o CDS tem razão.

Quanto à questão do alojamento e alimentação a ação 1, que prevê a mobilidade no território regional e nacional e ação 2, de intercâmbio nos Açores, já prevê

apoio para a alimentação e para o alojamento. Define um valor fixo por dia, por pessoa, para esse apoio.

Sras. e Srs. Deputados, eu também devo dizer o seguinte, porque é isso que temos visto: o programa Bento de Góis tem corrido muito bem, todos os projetos apresentados mediante a sua avaliação, têm sido considerados, mas é também, importante também que não se perca a corresponsabilização das organizações que concorrem a este programa e os projetos que temos visto, eu tenho presenciado e testemunhado muitos projetos por essa Região fora, em que as equipas, as instituições, as organizações, além do apoio que o Governo lhes concede, tem também uma outra vertente em que eles próprios se organizam para angariar fundos e cofinanciar o projeto que é também apoiado pelo bento de Góis. Eu acho que essa perspetiva não se pode perder. Não nos parece correto que nós passemos a apoiar, em maior medida do ponto de vista financeiro, quem a estes programas concorre, de forma a desvalorizar a corresponsabilização de quem concorre a este programa, porque isso na nossa perspetiva desvirtua aquilo que é absolutamente fundamental, a corresponsabilização dos jovens e das organizações quando concorrem ao programa Bento de Góis.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, para dizer o seguinte e daí a não concordância geral: nós concordamos com a parte referente à proibição que existia de não se poder concorrer relativamente à segunda fase e sendo a Resolução sobre essa matéria naturalmente que teria o nosso apoio e a nossa concordância. Com a alteração da faixa etária e das idades nós não concordamos pelas razões que eu referi e a questão da alimentação e do alojamento também já é considerada na ação 1 e na ação 2, tal como referi e, portanto, Sras. e Srs. Deputados, é esta a nossa perspetiva que nos parece legítima, voltando a realçar que na forma como a Resolução está construída, tem uma vertente com a qual nós concordamos e subscrevemos, tem outra que já existe, portanto também merece a nossa

concordância porque já existe nos modelos que existe atualmente e quanto à alteração das idades, nós não concordamos.

Devo dizer também e informar a câmara que o Bento de Góis será alvo de alguns ajustamentos e algumas alterações, a nova Portaria está praticamente definida, vai acautelar já esta preocupação do CDS-PP, nós não publicámos a Portaria porque este assunto estava no Parlamento e não queríamos estar a publicá-lo porque queríamos discuti-lo aqui com esta discussão, ...

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito bem, Sr. Secretário!

**O Orador:** ... isto para dizer que este contributo do CDS relativamente à proibição é um bom contributo, é um contributo correto e o CDS sinaliza algo que era uma injustiça ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Concorda, mas chumba!

**O Orador:** ... que na nossa perspetiva também não fazia sentido.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva.

(\*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também concordamos com a proposta do alargamento de aumentar a idade dos 26 para os 28, como já foi aqui dito.

**Deputado André Bradford (PS):** Ui, mas porque é que não há-de ser para os 35?

**O Orador:** Quanto ao alargamento da idade dos 12 para os 8, isto surge porque tem-nos sido transmitido em alguns projetos pedagógico, principalmente para o primeiro ciclo, 5.º e 6.º ano, que seriam importantes participar, até temos alguns alunos interessados com capacidade para tal, mas como não tem ajuda acabam por não o fazer, porque este tipo de projeto nunca ocorre em S. Jorge, por

exemplo, normalmente é em S. Miguel ou na Terceira, o que implica despesas de deslocação e como tal neste momento está a ser um fator limitador.

Aqui o que estava em causa era alargar as idades também e clarificar um pouco os pressupostos de uma candidatura ao programa.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(\*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma pergunta muito simples ali para o Sr. Secretário, uma vez que falou no DLR n.º 18/2008 e que de facto fala no limite de idades e o art.º n.º 2 deste DLR diz que de facto o limite mínimo são os 12 anos, mas que o limite máximo são os 30.

A minha pergunta é muito direta, no sentido de saber se o Governo está disponível para de facto alargar a idade máxima até aos 28 anos.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi telepatia, eu ia fazer exatamente a pergunta que a Sra. Deputada que me antecedeu já realizou, penso que é uma questão bastante relevante que vai no sentido dos pareceres, por exemplo, da Escola Profissional da Horta também e também do parecer da Assembleia de Escola, da Escola Secundária Manuel de Arriaga, acho que é um contributo e não vejo nenhuma razão lógica para excluir os alunos até aos 28 anos de idade também.

Portanto, também reitero a questão colocada pela Sra. Deputada.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

O Governo está disponível para avaliar essa possibilidade, tendo em conta que a Portaria está em processo de revisão e, portanto, será naturalmente avaliada essa possibilidade, sem qualquer tipo de problema.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Vamos lá ver se nos entendemos: o CDS tem razão! O CDS tem razão! O CDS tem razão...

**Deputado André Bradford** (*PS*): Tem razão uma vez!

**O Orador:** Três vezes!

... mas o PS vai votar contra!

Então o que é que incomoda o PS?

**Deputado André Bradford** (*PS*): Não incomoda nada!

**O Orador:** É o pagamento do alojamento e dos transportes que já previsto, não sei quê, estamos disponíveis para retirar, para fazer uma proposta de substituição.

Portanto, o desafio que eu faço ao PS, é este: os senhores aceitam o limite de alteração a essa questão dos transportes e aceitam obviamente a alteração do limite de idade para os 28 anos. Isso os senhores estão disponíveis.

Agora, vir o Sr. Secretário aqui dizer: “nós vamos considerar na Portaria ... temos aqui a proposta, mas vamos considerar na Portaria, a proposta a gente chumba, mas depois considera aquilo que os senhores propõem”.



**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): O Governo não chumba nada!

**O Orador:** Oh Sr. Secretário, o senhor é que disse, o senhor é que acabou de dizer. “Nós vamos considerar aquilo que o CDS propõe”! Então o PS aprova aquilo que o CDS propõe.

Não percebo por que é que as crianças com oito anos, não hão de participar nesse programa?

**Deputado André Bradford** (*PS*): Já foi explicado!

**O Orador:** Não foi explicado, os senhores disseram que não, “tout cours”. Não, não devem participar neste programa!

Então jovens infantis, eles participam no atletismo com essa idade, em programas na Região Autónoma, por que é que não hão de participar? Porque os senhores não querem, tem que ser com 12!

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Isso não tem nada a ver!

*(Aparte inaudível)*

**O Orador:** Pois, não apoia!

**Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Apoia a Direção Regional do Desporto!

**O Orador:** Para umas competições podem ter oito anos, para o programa Bento de Góis não podem ter oito anos, tem que ser com mais, tem que ser com mais de doze.

O senhor entende que os outros não podem ter, todas as iniciativas do programa. Não podem ter porque o senhor não quer! Podem ir para o cortamato ...

*(Aparte inaudível)*

**O Orador:** Oh, Sr. Deputado, o que é triste é o seu discurso! É o senhor vir aqui dizer que o CDS tem razão, o CDS tem razão, mas o PS vai chumbar e nós vamos ter em consideração em Portaria aquilo que o CDS propõe! Isto é que não faz sentido! Isto é que é mesmo chumbar, por chumbar e eu quero, posso e mando.

Os senhores aprovam uma proposta de alteração e já acham que fizeram um milagre. Não! Esta proposta é válida, os senhores não apresentaram um único argumento que rebatesse, por que não os oito anos? Eu percebo que o do transporte já está previsto, estamos disponíveis para alterar. Quero saber a vossa resposta.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Ávila.

Prescinde?

Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, o Governo já reconheceu aqui que esta injustiça que era limitar um jovem, que tinha sucesso num determinado programa, ficava em primeiro lugar, era classificado para a fase seguinte, era algo que era penalizador para os jovens que participavam no programa, porque o sucesso do jovem açoriano era depois penalizado com o facto de não poder participar na segunda fase desse concurso.

Portanto, nessa parte o Governo está de acordo.

O Governo já considerou, pelo menos no limite máximo até aos 28 anos, que essa é uma questão que foi apresentada por diversos intervenientes e as entidades foram ouvidas, exatamente para isso, para enriquecer o debate

parlamentar e acho que esse contributo foi um contributo muito positivo da parte das diversas entidades.

**Deputado André Bradford (PS):** Por acaso gostava de lembrar que fomos nós que criámos o programa!

**O Orador:** Também aí é possível melhorar o programa.

Portanto há aqui um conjunto de matérias que aproximam muito o Governo da proposta que foi apresentada pelo CDS-PP, que melhora de facto e que referencia algumas das questões que V. Exa. está disponível para alterar.

Por isso, eu considero que este apelo ao diálogo, para que se encontre aqui uma solução, é importante e pode valorizar esta proposta e pode ser um bom exemplo de que apesar das divergências políticas e partidárias é possível encontrar pontos de convergência.

Faço este apelo para que seja possível aproximar posições e que uma iniciativa que V. Exa. já disse que o CDS tem em grande parte razão, possa ser aprovada e possa ser viabilizada.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem agora a palavra.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Artur Lima, enfim, pensava que tinha sido claro, pelos vistos não fui tendo em conta a sua intervenção, poderá não ter ouvido aquilo que eu disse.

Mas aquilo que eu disse, eu acho que foi perfeitamente perceptível e, portanto, eu reitero o que disse e repito o que disse.

O CDS-PP, propõe alterações em três vertentes: eu disse que numa tem razão e que será corrigido e considerado no âmbito da revisão deste programa; na segunda nós discordamos e eu expliquei porquê, tendo em conta o

enquadramento legal que existe no âmbito daquilo que define o regime de enquadramento das políticas de juventude na nossa Região, no Decreto Legislativo 18/2008/A em que o limite dos programas apoiados dos jovens deve ter doze anos e a terceira, no âmbito dos apoios à alimentação e ao alojamento que a ação 1 e a ação 2, já apoiavam o alojamento e a deslocação e também disse que no âmbito das percentagens e dos valores que nós apoiamos, achava que não devíamos desvirtuar a corresponsabilização de jovens que concorrem a essas ações.

Portanto, Sr. Deputado não deve haver drama nenhum, eu acho que fui absolutamente claro, ou seja, nós concordamos com uma vertente, a outra vertente já existe e uma terceira vertente nós não concordamos com o alargamento de idade. Foi isso que eu referi e reitero.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário Regional.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, no sentido de solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

**Presidente:** É regimental.

Regressamos dentro de 15 minutos.

*Eram 18 horas e 42 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

*Eram 19 horas e 07 minutos.*

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eu informo a câmara que deu entrada na Mesa e já foi distribuído por todas as bancadas parlamentares, uma proposta de substituição integral a esta iniciativa que estamos a debater.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva.

(\*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entregamos esta proposta de substituição integral do Projeto de Resolução, acolhendo as sugestões dos outros partidos e do Governo, indo assim de encontro ao que foi aqui debatido.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado João Paulo Ávila, tem a palavra.

(\*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O PS não se fecha, o PS das suas funções nunca se fechou e nunca se vai fechar.

**Deputada Renata Correia Botelho e Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** O PS no exercício das suas funções, sejam elas governativas ou legislativas, tem sabido e tido a capacidade de analisar e melhorar aquelas que foram as suas próprias propostas.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** O PS nunca se fecha e nunca se fechará.

**Deputada Renata Correia Botelho e Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** O Grupo Parlamentar do PS, no âmbito do processo legislativo normal e de uma forma democrática, desprendido da realidade maioritária que detemos nesta Assembleia, vê com bons olhos que o Grupo Parlamentar do

CDS-PP, depois de dizer que o Grupo Parlamentar do PS não tinha argumentos, que o Governo não tinha argumentos para chumbar essa proposta, vê com bons olhos que o Grupo Parlamentar do CDS-PP, reconhecendo os nossos próprios argumentos, apresenta uma alteração do seu próprio Projeto de Resolução.

Disse.

**Deputada Renata Correia Botelho e Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Paulo Ávila, sim senhor reconhecemos com humildade a abertura do PS, mas devo dizer-lhe uma coisa Sr. Deputado, ainda bem que o PS não se fecha e está aberto. Essa tem sido sempre a postura do CDS nesta Casa. Bem-vindo ao clube!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** De resto devo dizer-lhe o seguinte, não estou aqui, nem nós estamos e a proposta que o Sr. Deputado Jorge Paiva aqui trouxe, em nome do CDS, é uma proposta que não é para o CDS, é para os açorianos, é para quem dela vai beneficiar e trabalhar para os açorianos, nós juntamo-nos ao PS, quando for preciso, o que nos interessa é que tenha sido conseguido alargar até aos 28 anos e tenhamos prescindido de alguma daquela que era a nossa posição inicial. Não nos afeta em nada! Não nos cai os parentes na lama! Achamos que não é o ideal, foi o possível, mas a política é a arte de fazer o possível todos os dias e nisso cá estamos nós, a darmos o nosso contributo a favor dos açorianos.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** Portanto bem-vindo também a essa posição do PS, que nós saudamos, ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** É democracia!

**O Orador:** ... sem nenhum problema e com toda a humildade Sr. Deputado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP e do PPM)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, eu quero felicitar o Grupo Parlamentar do CDS-PP, por esta iniciativa porque de facto beneficia os jovens no âmbito do programa Bento de Góis, alarga de facto o âmbito em que a sua participação se pode fazer, por exemplo, nomeadamente em algo muito importante, que é premiando o êxito dos jovens, no âmbito do seu desempenho nos concursos, portanto o seu desempenho passa a ser premiado. Se ficam em primeiro lugar e participam numa segunda fase, pois têm a garantia que serão apoiados por terem tido êxito, por terem tido qualidade e um programa que premeia a ambição, a qualidade, o mérito é um programa melhor e é isto que aqui se conseguiu.

**Deputado André Bradford (PS):** Por acaso gostava de lembrar que fomos nós que criámos o programa!

**O Orador:** Por isso neste caso também o PS convergindo para uma posição comum que de facto melhora o programa, eu também da minha parte o que lhe quero dizer é que considero que o PS também tomou uma posição bastante válida para resolver e melhorar este programa.

No fundo, o que aqui se conseguiu foi melhorar um programa, que é um programa muito válido, melhorando no sentido de premiar o mérito e alargar o seu âmbito etário.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

(\*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, eu não tenho dúvidas nenhuma que o nosso clube é os Açores. Todos!

Umhas propostas melhores, outras piores, umas melhoradas, outras nem por isso, portanto, Sr. Deputado, bem-vindo ao clube, pelos Açores, com os açorianos.

Disse.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver, mais inscrições, até porque estamos em clima de perfeita harmonia e convergência.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sr. Deputado Jorge Paiva, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(\*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



É com agrado que o CDS vê aprovado este projeto de Resolução, o que permite premiar os resultados positivos alcançados pelos alunos açorianos, nos eventos que participam ao abrigo do programa Bento de Góis.

Estamos aqui de uma forma humilde, alteramos o nosso Projeto de Resolução e estamos aqui sempre a favor dos açorianos.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Avançamos agora para o ponto 5 da nossa Agenda: **Proposta de Resolução n.º 12/XI – “Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2019”**, apresentada pela Mesa da Assembleia.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2018, da Assembleia foram elaborados pelos serviços deste Parlamento sob a supervisão do Conselho de Administrativo, recebeu parecer favorável da Mesa e também da CAPAT, que é a Comissão competente nesta matéria e pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM como se sabe e tem repetido aqui, no âmbito da discussão deste assunto, nós não concordamos com o pagamento das subvenções vitalícias.

Consideramos que o pagamento da subvenções vitalícias é algo, é um privilégio que se mantém, evidentemente, não para os Deputados que desempenham atualmente funções, mas aqueles que desempenharam funções até 2005, mas é um privilégio que numa sociedade como a nossa, com tão grandes dificuldades, com tão grandes desigualdades e em que a atividade política deve ser uma atividade em que exista um despreendimento material em relação ao exercício de funções e portanto, que não se tenha pelo facto de estar a desempenhar

funções públicas, qualquer tipo de privilégio, nós não podemos concordar que as subvenções vitalícias se mantenham.

É uma despesa muito significativa para o Parlamento dos Açores, significa mais e dois milhões de euros e nós não concordamos com a manutenção deste privilégio, nós não concordamos com a manutenção desta despesa e por isso vamos votar contra.

**Presidente:** Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não me vou referir no seguimento aliás da intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, propriamente ao caso das subvenções, digamos assim, porque já o fiz, numa anterior intervenção em Plenário, exatamente a propósito do Orçamento desta Casa.

A posição do BE é conhecida, a luta que travámos para que estas subvenções não existissem também e, portanto, não vale a pena chover no molhado.

Gostava apenas de recordar uma coisinha que parece um pormenor, mas na realidade é um por maior, é que o Tribunal Constitucional, apesar de todas as queixas e de todos os pedidos de confirmação da constitucionalidade destas subvenções, disse que elas não podiam ser retiradas.

Portanto, o Tribunal Constitucional disse, cada um de nós é livre de concordar ou não, enfim, com as decisões do Tribunal Constitucional, mas o certo é que está assim decidido e, portanto, esta matéria tem que ser atacada de uma outra maneira.

Contudo, Sra. Presidente, eu gostava de aproveitar esta oportunidade que este debate me dá, nesta matéria, para dizer o seguinte: é público e todos e todas nós sentimos isso na pele praticamente todos os dias, que a política e sobretudo os políticos e as políticas estão debaixo de fogo.

São tidos e são olhados pela opinião pública em geral como seres privilegiados que são capazes de ter aquilo a que têm direito, mas também aquilo a que não têm direito, sobretudo em situações de maior penúria económica para a generalidade das pessoas.

Ora eu acho que seria um ato de pedagogia, quer política, quer cívica que o nosso orçamento passasse a incluir o número de Deputados que recebem neste momento as subvenções vitalícias, quando é que saíram desta Casa e por que é que as recebem? Porque as pessoas lá fora pensam que cada um de nós que sai daqui vai com as subvenções vitalícias atrás, vai com uma reforma altamente choruda ...

**Deputado Paulo Parece (PSD):** Isso é verdade!

**A Oradora:** ... vai com tudo e mais alguma coisa.

E Sras. e Srs. Deputados, não, não somos todos iguais para o bem e para o mal, mas há diferençazinhas.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Tem razão, Sra. Deputada!

**A Oradora:** Portanto, eu acho que era, digamos, um contributo para a tal da abstenção que tanto nos preocupa, para as críticas injustas a que muitos e muitas de nós são sujeitos, que nós passássemos a pôr no orçamento da nossa Casa: quantos Deputados (e já não estou a referir-me aos nomes dos Deputados, porque bem sei que há, digamos, um parecer da proteção de dados, que diz que isso não deve ser feito) mas no mínimo quantos são? Em que anos? De que ano a que ano trabalharam? Por que foram embora? E depois à medida que forem outros saindo, porque é bom que as pessoas saibam que quem foi Deputado até 2005 e cumpre determinados tipos de critérios, tem direito a esta subvenção. Mas quem foi Deputado, ou Deputada, depois de 2005, não tem direito a coisa nenhuma, terá a sua reforma. Ponto final!

Pedagogia, Sra. Presidente é uma proposta.

A outra, e termino é que sabendo bem que o dinheiro não dá para tudo e é preciso fazer opções, geri-lo é isso mesmo, é fazer opções e que neste momento o Orçamento desta Casa resolveu investir em obras, tão necessárias também para a dignidade do nosso trabalho e até em termos de opinião pública, deixar aqui a sugestão, já que não intervirei muitas mais vezes ao longo deste período legislativo, deixar a sugestão que de uma próxima vez a prioridade sejam os equipamentos tecnológicos que nos permitem fazer videoconferências, com uma rentabilidade e uma decência mínima, o que é neste momento o caso, em nenhuma delegação da nossa Assembleia.

É um instrumento que favorece a proximidade, favorece a democracia, favorece o bom andamento dos trabalhos, no fundo favorece-nos a todos e se nos favorece a nós, também favorece o trabalho em prol das pessoas que estão lá fora e que nós representamos, a aposta nos equipamentos tecnológicos.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Ficará aqui o registo das sugestões para o Orçamento de 2020.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Francisco Coelho.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Levanto-me sobretudo para fazer alguns esclarecimentos que acho absolutamente necessários na sequência da intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, embora em bom rigor não seja a primeira vez que a respeito exatamente do nosso orçamento, a questão é levantada, mas talvez seja por isso mesmo absolutamente essencial sobre isto, dizer duas ou três coisas e desde logo quem ouvir apenas este discurso fica legitimamente a pensar duas coisas: que as subvenções vitalícias continuam a existir e a vigorar para os Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e mais do que isso,

por decisão desta Assembleia, designadamente quando aprovamos o nosso orçamento.

É absolutamente essencial por corresponder à verdade lembrar duas ou três coisas.

Se é certo que temos a prerrogativa constitucional de no nosso Estatuto Político-Administrativo fixar-mos também o estatuto dos titulares dos órgãos de governo próprio da Região, a verdade é que aqui nos Açores, ao longo de todos os tempos nós todos, sempre os fixámos remetendo para a Assembleia da República e com ligeiras diferenças, em regra para menos, designadamente ao nível remuneratório para aquilo que é o Estatuto dos Deputados à Assembleia da República.

Também é um facto, independentemente da opinião que se tenha sobre esse assunto que as subvenções vitalícias foram extintas em 2005.

Também é um facto independente da opinião que se tenha sobre isso que esse período correspondeu à única legislatura da Assembleia da República, em que o PS teve maioria absoluta. É um facto!

Tendo em conta estes pressupostos é bom também dizer que sendo essa uma prestação continuada, ao nível da interpretação sobre os direitos adquiridos, foi o Tribunal Constitucional que entendeu que quem tivesse nalgumas situações teria esse direito adquirido e devia recebê-la.

O que esta Assembleia faz anualmente, portanto, é dentro dessa interpretação cumprir uma decisão do Tribunal Constitucional e cumprir o estado de direito.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Portanto, é absolutamente fundamental nós percebermos isso porque às vezes incoerências acontecem, Sr. Deputado Artur Lima (estava a dizer isso em aparte). Também se calhar já houve pessoas que defenderam que os Deputados quando deviam exercer funções, deviam vencer pelo seu

vencimento de origem, mas depois pelo seu comportamento prático mudaram de opinião.

Portanto, é bom nós percebermos isso e é bom nós termos a consciência que as subvenções vitalícias acabaram em 2005. Por decisão do Tribunal Constitucional alguns dos antigos titulares têm nos termos estabelecidos na lei, direito a isso, se calhar com a mesma lógica e a mesma argumentação com que o Tribunal Constitucional a respeito de outros direitos fundamentais, os trabalhadores, usando o argumento dos direitos adquiridos designadamente ao nível do subsídio de férias e de natal, também resolveu mantê-los, a verdade é essa, se calhar a lógica é a mesma e portanto é bom que se saiba que o que nós fazemos aqui ao aprovarmos o nosso orçamento e nesta parte em concreto, é cumprir a lei.

Não dizer isso, ou por omissão dar a entender outra coisa, parece-me que não é factual, nessa medida não é honesto e acaba por dar, ainda por cima, quando não é verdade uma imagem da realidade dos Deputados dos Açores que não é verdadeira e não corresponde à realidade como também lembrou a Sra. Deputada Zuraída Soares.

Muito obrigado.

**Deputada Renata Correia Botelho e Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo pela sua última parte, Sr. Deputado Francisco Coelho, quem me dera a mim, quando vim para esta Casa tivesse a opção de ter optado pelo meu vencimento de origem, aliás posso mandar-lhe a si e a quem quiser a minha declaração de rendimentos de 2007 e a atual.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Também lhe mando a minha!

**O Orador:** Sei que a sua também é interessante porque já falámos sobre essa matéria e o senhor sabe muito bem, o que é que o senhor perdeu e o que é que eu perdi, apenas em duas avenças para onde nós os dois até trabalhávamos.

Portanto, Sr. Deputado Francisco Coelho sobre essa matéria, pode servir o chapéu a alguém a mim não é.

Segunda questão: tomara eu estar a ganhar o meu vencimento de origem, tomara eu!

A minha opinião sobre as subvenções vitalícias é conhecida e não muda, já aqui a disse o ano passado e não vou sequer a esse aspeto.

Vou também aqui ao aspeto da transparência e devo dizer que eu não sou de eufemismos e não gosto, porque quando eu pego no Orçamento da Assembleia e vejo: Caixa Geral de Aposentações, 2 milhões de euros. Ninguém sabe o que é que isto é, mas isto quer dizer subvenções vitalícias pagas aos senhores ex-Deputados desta Casa e era isso que devia estar aqui escrito. Caixa Geral de Aposentações, barra, travessão, vírgula, dois pontos – dinheiro pago de subvenções vitalícias. Dois milhões de euros pagos a ex-Deputados desta Casa. Era o que devia, transparência, que se exigem a nós, exigimos a todos e eu não reconheço a nenhum ex-Deputado desta Casa, um estatuto de pedestal diferente de quem cá está, tem os mesmos deveres e as mesmas obrigações que nós temos. Não reconheço a nenhum deles, nem vou pôr nenhum em pedestal. Nenhum!

Já agora, esse parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados, eu gostava de vê-lo porque nunca o vi.

Eu pego nisto, e falando da transparência e até na vossa proposta que fizeram há tempos sobre transparência, eu pego nisto, eu vejo aqui os ordenados da Sra. Presidente, quanto é que ela ganha; eu vejo quanto é que nós ganhamos, eu vejo quanto é que ganham os funcionários da Assembleia e por que é que não hei de

saber quanto é que ganham as subvenções, quanto é que recebem? Os nossos são públicos e as subvenções não são públicas?!

Eu pego por aqui abaixo e vejo os ordenados todos discriminados: técnicos de informática, coordenador técnico, assistente técnico, secretária geral, presidente do grupo parlamentar, por aí fora ...

Quer dizer, tudo vem por aqui abaixo, tudo discriminado, a subvenções de suas excelências não podem vir? São secretas! Em democracia, em dinheiro público, não há secretismos, toda a gente tem que saber quem recebe o quê, quanto, desde quando, ou pelo menos quantos são, porque esta lista, ela até é pública, circula aí nos meios, não está aqui, mas devia estar, a bem da transparência e de uma Resolução que até o PS aprovou nesta Casa.

Como disse, digo: nem todos são iguais e às vezes dizem-me assim: Ah, estás-te consolando, quando saíres daqui recebes a tua reforma. Não! Eu quando sair daqui não vou receber nenhuma subvenção, eu quando sair daqui não vou receber um tostão, portanto não somos todos iguais.

Eu quando sair daqui não vou receber nada, até por uma questão de princípio.

**Deputado André Bradford (PS):** Nenhum de nós!

**O Orador:** Alguns vão receber, eu não vou receber nada.

Portanto, que fique claro, isso acabou como dizia o Sr. Deputado Francisco Coelho em 2005, acabaram as subvenções, a não ser quem tenha direito a elas até àquela altura.

Portanto, eu não vou receber um tostão quando sair daqui e há coisas que têm que ficar esclarecida e claras e é isso que eu quero deixar aqui claro e esclarecido e não vejo qual é o secretismo de se divulgar, de dois milhões como é que são pagos e a quem? Não percebo, faz-me confusão em democracia, quando os ordenados de toda a gente estão aqui escarrapachados, estes não são dados, a Comissão Nacional de Proteção de Dados, autoriza isto? Então como é



que é? Toda a gente assinou para se divulgar estes seus ordenados? Isto é público?

Bom, a Assembleia não é assim tão grande para eu saber quem é o coordenador da informática, não é assim tão grande para eu saber quem são os coordenadores técnicos, não é assim tanta gente para eu saber quanto é que ganham.

Portanto, há aqui uma proteção que eu não percebo e faz-me confusão.

De facto, Sr. Deputado Francisco Coelho, foi o Partido Socialista em maioria que terminou com as subvenções por bandeira hasteada, com quantos braços tinha, com aquele inesquecível, será sempre inesquecível, José Sócrates, que renunciou à sua subvenção na altura e anunciou que sim, que não precisava dela. De facto, parece que não precisava.

*(Risos dos Deputados da bancada do PSD)*

Agora já veio pedir o direito a tê-la. Acabou com ela para os outros, mas para ele serve.

E há outra coisa que me mete confusão neste processo todo, não querendo de maneira nenhuma entrar no direito, nem discussão do Tribunal Constitucional, mas causa-me alguma impressão quando funcionários públicos que viram os seus ordenados cortados, como por exemplo os professores, que se quer pagar retroativos, não pode ser, é muito dinheiro, é uma chatice, é uma desgraça, não pode ser e temos que fazer dois anos e nove meses, não pode ser.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Esse discurso é perigoso!

**O Orador:** Mas aos senhores ex-Deputados, foi-lhe pago tudo e com retroativos.

Portanto, estamos aqui a falar de quê? Temos todos os nossos direitos constitucionais ou não temos? Pelos vistos uns têm, porque têm poder de ir ao

Tribunal Constitucional e reivindicar. Quem não tem, não os tem e fica a perdê-los, é o que acontece nomeadamente com os professores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho, tem agora a palavra.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, acho que valeu a pena este debate, porque ficamos todos esclarecidos acerca dos factos que levam a constar anualmente e para quê esta verba no nosso orçamento regional.

Ficamos também a saber que nós para cumprirmos uma decisão do Tribunal Constitucional, não podemos pura e simplesmente retirá-la porque vivemos num estado de direito.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem! É fundamental!

**O Orador:** Mas é fundamental saber isso, porque quem ouvia apenas a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, não ficaria certamente com essa ideia.

Depois também é bom dizer aqui outra coisa, Sr. Deputado Artur Lima: nesta matéria talvez seja bom e eu respeito perfeitamente a sua posição, cada um dizer efetivamente o que pessoalmente pensa.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Eu disse a partir de 2007!

**O Orador:** O que alguns dirigentes do meu partido fizeram, eles certamente responderão pessoalmente por isso, tal como naturalmente alguns dirigentes e ex-Deputados do seu partido.

Portanto, sobre esta matéria estamos entendidos, mas de resto concordo com a defesa da transparência que o Sr. Deputado faz, naturalmente que também a Comissão Nacional de Proteção de Dados é um órgão independente, se nós gostamos de órgãos independentes também não vamos criticá-los quando

discordamos e gostar apenas quando concordamos, embora não tenha problema nenhum em dizer pessoalmente que não percebo e até acho que esses dados também devem ser públicos, sob esse ponto de vista, Sr. Deputado, estamos de acordo.

Muito obrigado.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não ver.

Vamos então passar à votação do Orçamento da Assembleia Legislativa para 2019.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A proposta de Resolução apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria deixar aqui um elogio aos serviços da Assembleia e à gestão rigorosa da Mesa, como tem gerido os dinheiros desta Casa.

Deixar aqui um elogio a todos os funcionários e à Sra. Presidente, com certeza, como Presidente da Mesa, mas queria que percebessem a nossa abstenção.

A nossa abstenção vai apenas no sentido de vir especificado, eu acho que é possível, dizer a que é que corresponde os dois milhões de euros da Caixa Geral de Aposentações a que é que dizem respeito e a quantas pessoas?

Posto isto, a nossa única objeção que nos leva à abstenção é essa, quando isso for esclarecido para o orçamento de 2020, cá estaremos naturalmente com o nosso voto a favor, porque quanto ao resto está tudo muito correto e não temos nada a objetar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado, julgo não haver mais declarações para declaração de voto.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sr. Deputado Luís Maurício, pede a palavra para?

(\*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Para uma interpelação Sra. Presidente.

No sentido de solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

**Presidente:** É regimental, vamos então concluir os nossos trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã às 10 horas.

*Eram 19 horas e 38 minutos.*

(\*) Texto não revisto pelo Orador.

*Deputados que entraram durante à sessão:*

**Partido Social Democrata (PS)**

**André Jorge Dionísio Bradford**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

*Deputados que faltaram à sessão:*

*Partido Socialista (PS)*

**Susana Goulart Costa**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**António Augusto Batista Soares Marinho**

## LISTAGEM DA CORRESPONDÊNCIA

### 1 – Projetos de Lei:

**Assunto:** Regula o regime jurídico e os estatutos aplicáveis às unidades de saúde do Serviço Nacional de Saúde integradas no setor público administrativo, procedendo à revogação dos Decretos-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, e n.º 284/99, de 26 de julho - n.º 974/XIII/3.ª (PCP) – n.º 190/XI-AR

**Proveniência:** Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2018 – 07 – 24

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 09 – 04;

**Assunto:** Determina a transparência de vencimentos e propõe o estabelecimento de leques salariais de referência como mecanismo de combate à desigualdade salarial - n.º 979/XIII/3.ª (BE) – n.º 192/XI-AR

**Proveniência:** Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 22

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 09 – 21.

## **2 – Proposta de Lei:**

**Assunto:** **Procede à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro - n.º 144/XIII/3.ª (ALRAM) – n.º 191/XI-AR**

**Proveniência:** Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 08

**Comissão:** Economia

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 09 – 19.

## **3 – Projetos de Resolução:**

**Assunto:** **Projeto de Resolução n.º 1769/XIII/3.ª (BE) - Recomenda ao Governo que proceda à requalificação urgente do Aeroporto da Horta - n.º 189/XI-AR**

**Proveniência:** Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2018 – 07 – 23

**Comissão:** Economia

**Data limite de parecer:** 2018 – 08 – 13.

## **4 – Projetos de Decreto-Lei:**

**Assunto:** **Procede à revisão do modelo de gestão da prestação dos serviços de atribuição de faixas horárias e de horários facilitados a nível nacional e aprova as correspondentes bases da concessão de serviço público - MPI-(Reg. DL 231/2018) – n.º 88/XI-GR**

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 03

**Comissão:** Economia

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 08 – 22;

**Assunto:** Altera o Estatuto da Aposentação, permitindo o acesso à aposentação antecipada por ex-subscritor - MTSSS - (Reg. DL 253/2018) – n.º 89/XI-GR

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 09

**Comissão:** Política Geral

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 08 – 29;

**Assunto:** Alarga o âmbito pessoal do regime especial de acesso antecipado à pensão de velhice aos beneficiários que iniciaram a carreira contributiva com 16 anos ou menos - MTSS (Reg. DL 302/2018) – n.º 90/XI-GR

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 09

**Comissão:** Política Geral

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 08 – 29;

**Assunto:** Altera o Decreto-Lei n.º 26/2008, de 22 de fevereiro, que estabelece a regulamentação aplicável ao regime público de capitalização, destinada à atribuição de um complemento de pensão ou de aposentação por velhice - MTSSS (Reg. DL 257/2018) – n.º 91/XI-GR

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 16

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 09 – 05;

**Assunto: Aprova o regime jurídico do exercício da atividade profissional da pesca comercial marítima e da autorização, registo e licenciamento dos navios ou embarcações utilizadas na referida atividade - MM - (Reg. DL 290/2018) – n.º 92/XI-GR**

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 13

**Comissão:** Economia

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 09 – 24;

**Assunto: Aprova o novo Regime Jurídico da Náutica de Recreio - MM - (Reg. DL 297/2018) – n.º 93/XI-GR**

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 13

**Comissão:** Economia

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 09 – 24;

**Assunto: Institui um regime especial de determinação de matéria coletável com base na tonelagem dos navios e embarcações, um regime fiscal e contributivo aplicável aos tripulantes e um registo simplificado de navios e embarcações - MM - (Reg. DL 326/2018) – n.º 94/XI-GR**

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 13

**Comissão:** Economia

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 09 – 24.

**5 – Propostas de Decreto Legislativo Regional:**



**Assunto: Transparência da atividade dos serviços inspetivos da Administração Regional Autónoma dos Açores – n.º 22/XI**

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 07 – 23

**Comissão:** Política Geral

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 09 – 24;

**Assunto: Regime de proteção e classificação das cavidades vulcânicas dos Açores – n.º 23/XI**

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 07 – 31

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 10 – 01;

**Assunto: Estabelece o regime jurídico de licenciamento a que estão sujeitas as instalações elétricas de serviço particular na Região Autónoma dos Açores – n.º 24/XI**

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 07 – 31

**Comissão:** Política Geral

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 10 – 01;

**Assunto: Programa Regional para as alterações climáticas – n.º 25/XI**

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 07 – 31

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 10 – 01;

**Assunto:** Cria o Monumento Natural do Vulcão dos Capelinhos e procede à primeira alteração ao DLR n.º 46/2008/A, de 7 de novembro, que Cria o Parque Natural da Ilha do Faial – n.º 26/XI

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 07 – 31

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 10 – 01;

**Assunto:** Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2010/A, de 25 de maio, que regulamenta a elaboração e disponibilização de relatórios e informação pública sobre o estado do ambiente, regula o apoio às organizações não governamentais de ambiente e altera a composição do Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável – n.º 27/XI

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 09

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 10 – 01.

## **6 – Proposta de Resolução:**

**Assunto:** [Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2019 – n.º 12/XI](#)

**Proveniência:** Mesa da ALRAA

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 31

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data Limite de Parecer:**

**7 – Petições:**

**Assunto:** [Para que a total reposição do tempo de serviço dos docentes seja tida em consideração e regularizada com a máxima celeridade - n.º 28/XI](#)

**Proveniência:** [Hildeberto Manuel Pereira Peixoto](#)

**Data de Entrada:** 2018 –07– 16

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data limite de parecer:** Aguarda admissibilidade;

**Assunto:** [Solicitação da intervenção do Governo Regional para a Resolução do problema do "Bairro dos Americanos" de Santa Rita - n.º 29/XI](#)

**Proveniência:** Lucas Filipe Dias Almeida

**Data de Entrada:** 2018 –07– 18

**Comissão:** Política Geral

**Data limite de parecer:** Aguarda admissibilidade;

**Assunto:** [Contra a incineração em São Miguel- n.º 30/XI](#)

**Proveniência:** Filipe Machado Tavares

**Data de Entrada:** 2018 –07– 30

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data limite de parecer:** Aguarda admissibilidade;

**Assunto:** [Saúde Mental, Prevenção do Suicídio e Colocação de Barreiras nas Pontes da SCUT do Nordeste - n.º 31/XI](#)

**Proveniência:** João Diogo Mendes Coelho

**Data de Entrada:** 2018 –09– 10

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data limite de parecer:** Aguarda admissibilidade.

## 8 – Requerimentos:

**Assunto:** [Turismo cultural](#)

**Autores:** Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

**Data de Entrada:** 2018 – 07 – 24

**Referência:** 54.01.00 – N.º 494/XI;

**Assunto:** [Renovação do Atestado de Incapacidade Multiusos](#)

**Autores:** Mónica Seidi, César Toste e Luís Rendeiro (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 07 – 25

**Referência:** 54.03.03 – N.º 495/XI;

**Assunto:** [Unidade de cuidados continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada](#)

**Autores:** Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

**Data de Entrada:** 2018 – 07 – 26

**Referência:** 54.01.02 – N.º 496/XI;

**Assunto:** [Rede Valorizar - para quando formação de certificação na Ilha de São Jorge](#)

**Autores:** Catarina Cabeceiras, Artur Lima, Graça Silveira e Alonso Miguel (CDS-PP)

**Data de Entrada:** 2018 – 07 – 30

**Referência:** 54.01.05 – N.º 497/XI;

**Assunto:** [Para quando a elaboração do Plano de Ordenamento do espaço marítimo dos Açores?](#)

**Autores:** Luís Garcia e Catarina Chamacame Furtado (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 07 – 31

**Referência:** 54.03.00 – N.º 498/XI;

**Assunto:** [Novas regras de utilização de gruas sob alçada da Direção Regional das Pescas](#)

**Autores:** Alonso Miguel, Artur Lima, Graça Silveira e Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

**Data de Entrada:** 2018 – 07 – 31

**Referência:** 54.01.00 – N.º 499/XI;

**Assunto:** [Irregularidades no pagamento de ajudas ao abate de bovinos](#)

**Autor:** António Almeida (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 03

**Referência:** 54.03.00 – N.º 500/XI;

**Assunto:** [Ligação Terceira-Porto a realizar pela SATA no próximo inverno IATA](#)

**Autores:** Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 03

**Referência:** 54.01.03 – N.º 501/XI;

**Assunto:** [Solicitação de informações associadas à produção e gestão de resíduos na Região](#)

**Autores:** Catarina Chamacame Furtado, Jaime Vieira, João Bruto da Costa, Paulo Parece Baptista e António Pedroso (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 06

**Referência:** 54.03.00 – N.º 502/XI;

**Assunto:** [Revisão da 3.ª versão do projeto da 2.ª fase do reordenamento do Porto da Horta](#)

**Autores:** Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 10

**Referência:** 54.03.07 – N.º 503/XI;

**Assunto:** [O Governo ignora compromissos assumidos com pescadores das Flores](#)

**Autores:** Bruno Belo e Jaime Vieira (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 13

**Referência:** 54.03.08 – N.º 504/XI;

**Assunto:** [Captação do Cabeço Pequeno](#)

**Autores:** Marco Costa e Jorge Jorge (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 16

**Referência:** 54.03.06 – N.º 505/XI;

**Assunto:** [Implementação do Perímetro de Ordenamento Agrário Cedros/Salão](#)

**Autores:** Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 17

**Referência:** 54.03.07 – N.º 506/XI;

**Assunto:** [Para quando a reparação da máquina de gelo do porto de Rabo de Peixe?](#)

**Autor:** Jaime Vieira (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 17

**Referência:** 54.03.02 – N.º 507/XI;

**Assunto:** [Violação da Zona Especial de Proteção das Lajes do Pico](#)

**Autores:** Zuraída Soares e Paulo Mendes (BE)

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 22

**Referência:** 54.06.06 – N.º 508/XI;

**Assunto:** [Apoios para a minimização das consequências da seca na Região](#)

**Autores:** Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 22

**Referência:** 54.01.00 – N.º 509/XI;

**Assunto:** [Voos do Faial para Lisboa sem lugares durante 26 dias](#)

**Autores:** Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 23

**Referência:** 54.03.07 – N.º 510/XI;

**Assunto:** [Combate ao abandono precoce de educação e formação](#)

**Autora:** Maria João Carreiro (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 24

**Referência:** 54.03.00 – N.º 511/XI;

**Assunto:** [Regulamento de funcionamento do Serviço de Suporte Imediato de Vida \(SIV\)](#)

**Autores:** Carlos Ferreira e Bruno Belo (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 28

**Referência:** 54.03.00 – N.º 512/XI;

**Assunto:** [Falta de bom senso e razoabilidade nas decisões pode comprometer o futuro dos alunos](#)

**Autores:** Bruno Belo e Maria João Carreiro (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 29

**Referência:** 54.03.08 – N.º 513/XI;

**Assunto:** [Cirurgias novamente suspensas no Hospital da Horta](#)

**Autores:** Carlos Ferreira, Luís Garcia e Luís Maurício (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 31

**Referência:** 54.03.07 – N.º 514/XI;

**Assunto:** [Provedor do Utente da Saúde](#)

**Autor:** Luís Maurício (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 03

**Referência:** 54.03.00 – N.º 515/XI;

**Assunto:** [Cumprimento de normas previstas no âmbito das medidas de controlo da população de animais de companhia e errantes](#)

**Autores:** Zuraida Soares e Paulo Mendes (BE)

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 05

**Referência:** 54.06.00 – N.º 516/XI;



**Assunto:** [Inspeções às fábricas da COFACO e Corretora](#)

**Autores:** Zuraída Soares e Paulo Mendes (BE)

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 05

**Referência:** 54.06.02 – N.º 517/XI;

**Assunto:** [Relatório do Inquérito da Inspeção Regional da Saúde Relativo às Evacuações Médicas](#)

**Autores:** Mónica Seidi, Bruno Belo e Carlos Ferreira (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 10

**Referência:** 54.03.00 – N.º 518/XI;

**Assunto:** [Certificação civil da infraestrutura aeronáutica da Base Aérea das Lajes](#)

**Autores:** Artur Lima e Alonso Miguel (CDS-PP)

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 14

**Referência:** 54.01.03 – N.º 519/XI;

**Assunto:** [Pagamento das valorizações remuneratórias decorrentes do descongelamento de carreiras na Administração Pública Regional](#)

**Autores:** Zuraída Soares e Paulo Mendes (BE)

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 14

**Referência:** 54.06.00 – N.º 520/XI.

## **9 – Respostas a Requerimentos:**

**Assunto:** [Qual o planeamento da Azores Airlines para a rota Horta-Lisboa no verão IATA de 2018](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 07 – 24

**Referência:** 54.03.07 – N.º 391/XI;

**Assunto:** [Acidente mortal ocorrido em outubro de 2017 no Centro de Processamento de Resíduos do Corvo e o apuramento das responsabilidades](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 07 – 24

**Referência:** 54.07.09 – N.º 446/XI;

**Assunto:** [Carta de Riscos Geológicos da Região Autónoma dos Açores](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 07 – 24

**Referência:** 54.01.00 – N.º 449/XI;

**Assunto:** [Quando e como vai funcionar o Programa Nacional de Recolha de Dados, em 2018, nos Açores?](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 07 – 27

**Referência:** 54.03.00 – N.º 451/XI;

**Assunto:** [Explorações afetadas pela seca nas Flores](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 07 – 27

**Referência:** 54.03.08 – N.º 490/XI;

**Assunto:** [Porto das Ribeiras](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 07 – 30

**Referência:** 54.03.06 – N.º 465/XI;

**Assunto:** [Sinaga](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 07 – 30

**Referência:** 54.04.02 – N.º 485/XI;

**Assunto:** [Unidade de cuidados continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 02

**Referência:** 54.01.02 – N.º 496/XI;

**Assunto:** [Núcleo de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica nos Hospitais da Região](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 14

**Referência:** 54.03.00 – N.º 459/XI;

**Assunto:** [Parque Arqueológico do Slavonia](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 23

**Referência:** 54.04.08 – N.º 489/XI;

**Assunto:** [Indeferimento reiterado de requerimentos para a mobilidade intercarreiras ou intercategorias na Administração Pública Autónoma](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 27

**Referência:** 54.06.00 – N.º 474/XI;

**Assunto:** [Atendimento de doentes oncológicos](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 28

**Referência:** 54.03.00 – N.º 445/XI;

**Assunto:** [A obra de construção ECOMUSEU – do Museu do Tempo encontra-se atrasadíssima e voltou a parar](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 28

**Referência:** 54.07.09 – N.º 477/XI;

**Assunto:** [Negociações sobre o acordo “Interlines” com a Delta Air Lines](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 28

**Referência:** 54.01.00 – N.º 480/XI;

**Assunto:** [Corte no Complemento Regional de Pensão a beneficiários com pensões no estrangeiro](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 28

**Referência:** 54.06.00 – N.º 481/XI;

**Assunto:** [“Favorecimento à Domusplanet S.A.?”](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 28

**Referência:** 54.07.09 – N.º 482/XI;

**Assunto:** [Escassez de lapas na costa da ilha de São Jorge](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 28

**Referência:** 54.01.05 – N.º 493/XI;

**Assunto:** [Irregularidades no pagamento de ajudas ao abate de bovinos](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 03

**Referência:** 54.03.00 – N.º 500/XI;

**Assunto:** [Novas regras de utilização de gruas sob alçada na Direção Regional das Pescas](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 04

**Referência:** 54.01.00 – N.º 499/XI;

**Assunto:** [Estação Geodésica na ilha das Flores](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 05

**Referência:** 54.04.08 – N.º 488/XI;

**Assunto:** [Calendário da 2.ª fase de requalificação da Escola Básica António José de Ávila](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 06

**Referência:** 54.03.07 – N.º 469/XI;

**Assunto:** [Investimentos a concretizar nos açores no âmbito do “Atlantic International Research Center”](#).

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 11

**Referência:** 54.03.00 – N.º 443/XI;

**Assunto:** [Estaleiros Navais da Madalena](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 11

**Referência:** 54.04.06 – N.º 458/XI;

**Assunto:** [Estaleiros Navais Madalena](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 11

**Referência:** 54.03.06 – N.º 467/XI;

**Assunto:** [Resultados de Ações Inspetivas à Empresa Estufaçor](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 11

**Referência:** 54.06.02 – N.º 470/XI;

**Assunto:** [Rede Valorizar - para quando formação de certificação na Ilha de São Jorge](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 11

**Referência:** 54.01.05 – N.º 497/XI;

**Assunto:** [Transferência de pessoal administrativo da RIAC para as Universidades de Saúde](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 12

**Referência:** 54.06.00 – N.º 479/XI;

**Assunto:** [Para quando a elaboração do Plano de Ordenamento do espaço marítimo dos Açores?](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 14

**Referência:** 54.03.00 – N.º 498/XI.

## **10 – Comunicações/Informações:**

**Assunto:** Ofício a agradecer os pêsames pelo falecimento de Artur da Cunha Oliveira

**Proveniência:** Antonieta Lopes Oliveira

**Data de Entrada:** 2018 – 07 – 20;

**Assunto:** Ofício remetendo parecer sobre o Projeto de Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional (PSOEM)

**Proveniência:** Filipe Duarte Santos, Presidente do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

**Data de Entrada:** 2018 – 07 – 24;

**Assunto:** Email remetendo o relatório 08/2018 - Riscos orçamentais e sustentabilidade das finanças públicas

**Proveniência:** Nádia Dinis, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

**Data de Entrada:** 2018 – 07 – 25;

**Assunto:** Ofício remetendo documentos de Prestação Anual de Contas do Setor Público Empresarial Regional relativos ao exercício económico de 2017

**Proveniência:** Lina Maria Cabral de Freitas, Chefe do Gabinete do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 03;

**Assunto:** Ofício remetendo parecer sobre a Proposta de alteração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

**Proveniência:** Filipe Duarte Santos, Presidente do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 14;

**Assunto:** Ofício a agradecer a mensagem de pesar pelo falecimento do Dr. António Arnaut

**Proveniência:** Carlos César, PI'o Presidente do Partido Socialista

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 24;

**Assunto:** Ofício a solicitar substituição temporária por motivo relevante, com efeitos a partir do dia 1 de setembro de 2018

**Proveniência:** Maria da Graça Amaral da Silveira, Deputada do Grupo Parlamentar do CDS-PP

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 29;



**Assunto:** Ofício a solicitar substituição temporária por motivo relevante, com efeitos a partir do dia 1 de setembro de 2018

**Proveniência:** Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa, Deputado do Grupo Parlamentar do CDS-PP

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 29;

**Assunto:** Ofício a informar que, na sequência do pedido de substituição temporária apresentado pela Sra. Deputada Maria da Graça Amaral da Silveira e pelo Sr. Deputado Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa, a substituição será feita pela candidata Rute Isabel Dias Gregório, com efeitos a partir do dia 1 de setembro de 2018

**Proveniência:** Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 29;

**Assunto:** Ofício a solicitar substituição temporária por motivo relevante, com efeitos a partir do dia 1 de setembro de 2018

**Proveniência:** Catarina de Oliveira Cabeceiras, Deputada do Grupo Parlamentar do CDS-PP

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 29;

**Assunto:** Ofício a informar que, na sequência do pedido de substituição temporária apresentado pela Sra. Deputada Catarina de Oliveira Cabeceiras, a substituição será feita pelo candidato não eleito Jorge Miguel Azevedo Paiva, que se segue na lista apresentada ao círculo eleitoral de São Jorge

**Proveniência:** Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 29;

**Assunto:** Ofício a informar a alteração na direção do Grupo Parlamentar do CDS-PP, uma vez que, a partir de 1 de setembro de 2018 o Sr. Deputado Alonso Miguel exercerá as funções de Vice-Presidente do GPCDS-PP

**Proveniência:** Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 29;

**Assunto:** Ofício com indicação dos Deputados do Grupo Parlamentar do CDS-PP para as Comissões Parlamentares Permanentes da Assembleia Legislativa, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2018

**Proveniência:** Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 30;

**Assunto:** Ofício do Conselho Geral da Ordem dos Advogados a acusar a receção e a agradecer a carta de Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o falecimento de António Duarte Arnaut, datada de 30 de julho de 2018

**Proveniência:** Pedro Benodis Silva, Chefe de Serviços

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 04;

**Assunto:** Ofício SAI-SRAPAP/2018/375, a remeter o Relatório de Análise e acompanhamento dos trabalhos de reabilitação para melhoria da situação ambiental envolvente aos furos de abastecimento de água do Concelho da Praia da Vitória, conforme previsto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 20/2015/A, de 12 de junho

**Proveniência:** Berto Messias, Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 05;

**Assunto:** Ofício a solicitar substituição para efeito de licença parental, por motivo de gravidez de risco clínico, com efeitos a partir do dia 1 de setembro de 2018

**Proveniência:** Maria João Carreiro, Deputada do Grupo Parlamentar do PSD

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 06;

**Assunto:** Ofício a solicitar substituição temporária por motivo relevante, com efeitos a partir do dia 1 de setembro de 2018

**Proveniência:** Francisco Manuel Raposo Gaspar, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 06;

**Assunto:** Ofício a informar que, na sequência do pedido de substituição para efeito de licença parental, por motivo de gravidez de risco clínico, apresentado pela Senhora Deputada Maria João Carreiro, a substituição será feita pela candidata Sabrina Marília Coutinho Furtado, com efeitos a partir do dia 1 de setembro de 2018

**Proveniência:** Duarte Freitas, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 06;

**Assunto:** Relatório 09/2018, Análise da Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações no 1.º semestre de 2018, enviado por correio eletrónico do Conselho das Finanças Públicas (CFP)

**Proveniência:** Nádia Dinis, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 06;

**Assunto:** Ofício a informar que pretende provocar uma interpelação ao Governo Regional sobre Agricultura – Impacto da Seca e Gestão da Água

**Proveniência:** Duarte Freitas, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 07;

**Assunto:** Ofício a informar que pretende provocar uma interpelação ao Governo Regional sobre Educação e reivindicações dos docentes

**Proveniência:** Paulo Estêvão, Deputado da Representação Parlamentar do PPM

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 10;

**Assunto:** Ofício a informar que pretende provocar uma interpelação ao Governo Regional sobre Mar, Ciência e Tecnologia

**Proveniência:** Zuraida Soares, Presidente do Grupo Parlamentar do BE

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 10;

**Assunto:** Ofício a solicitar a substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XI - Portal das nomeações

**Proveniência:** Duarte Freitas, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 13;

**Assunto:** Ofício a remeter o relatório 10/2018, “Execução Orçamental da Administração Local no 1.º Semestre de 2018

**Proveniência:** Nádía Dinis, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 13;

**Assunto:** Ofício a remeter o relatório aprovado n.º 18/2018-VIC/SRATC - Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências

**Proveniência:** Subdiretor-Geral do Tribunal de Contas, Secção Regional dos Açores

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 13;

**Assunto:** Ofício a remeter o relatório aprovado n.º 17/2018-VIC/SRATC - Escola Básica Integrada dos Arrifes

**Proveniência:** Subdiretor-Geral do Tribunal de Contas, Secção Regional dos Açores

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 13;

**Assunto:** Ofício a remeter o relatório aprovado n.º 16/2018-VIC/SRATC - Escola Básica e Secundária da Povoação

**Proveniência:** Subdiretor-Geral do Tribunal de Contas, Secção Regional dos Açores

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 13;

**Assunto:** Ofício a remeter o aprovado n.º 05/2018-FS/SRATC - Auditoria à Nova Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo

**Proveniência:** Subdiretor-Geral do Tribunal de Contas, Secção Regional dos Açores

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 13.

## **11 – Relatórios:**

**Assunto:** Contra a Incineração em São Miguel

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 01;

**Assunto:** [Projeto de Resolução n.º 62/XI - Revisão Urgente da Portaria de Condições de Trabalho, aplicável aos Bombeiros Voluntários que exercem funções de Tripulante de Ambulância, aprovada pela Portaria n.º 10/2010, de 28 de janeiro](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 11;

**Assunto:** Proposta de DLR n.º 17/XI - Segunda alteração ao DLR n.º 26/2008/A, de 24 de julho, alterado e republicado pelo DLR n.º 17/2009/A, de 14 de outubro (Procede à harmonização, na Administração Pública da Região Autónoma dos Açores, dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas)

**Proveniência:** Comissão de Política Geral

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 11;

**Assunto:** [Projeto de Resolução n.º 106/XI - Recomenda ao Governo Regional que intervenha para impedir o despejo dos moradores do Bairro de Santa Rita, no concelho da Praia da Vitória](#)

**Proveniência:** [Comissão de Política Geral](#)

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 12;

**Assunto:** [Projeto de Resolução n.º 84/XI - Disponibilização de intérpretes de Língua Gestual Portuguesa nos Serviços Públicos da Administração Pública Regional](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Sociais

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 17;

**Assunto:** [Projeto de Resolução n.º 85/XI - Recomenda ao governo a disponibilização de ensino de LGP a alunos e alunas ouvintes e a criação de um grupo de recrutamento para docentes de LGP](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Sociais

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 17;

**Assunto:** [Audição do gestor público indigitado para a recondução na presidência do Conselho de Administração da SATA - Sociedade de Transportes Aéreos, SGPS, SA](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2018 – 07 – 27;

**Assunto:** [Audição n.º 182/XI- AR - Proposta de Lei n.º 140/XIII/3.<sup>a</sup> \(GOV\) - Autoriza o Governo a estabelecer o regime sancionatório aplicável ao exercício da atividade da pesca comercial marítima](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 03;

**Assunto:** [Audição n.º 189/XI- AR - Projeto de Resolução n.º 1769/XIII/3.<sup>a</sup> \(BE\) - Recomenda ao Governo que proceda à requalificação urgente do Aeroporto da Horta](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 03;

**Assunto:** [Audição n.º 87/XI- GR - Projeto de Decreto-Lei que procede à reestruturação da Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, EPE, da Direção Geral de Energia e Geologia e do Laboratório Nacional de Energia e Geologia - ME - \(Reg. DL 333/2017\)](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2018 – 08 – 03;

**Assunto:** [Projeto de Resolução n.º 78/XI - Ligações marítimas diárias da Atlânticoline a todas as ilhas do grupo central e restabelecimento da ligação entre a Calheta e São Jorge e o Porto das Pipas](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 07;

**Assunto:** [Projeto de Resolução n.º 81/XI - Construção de um cais de cruzeiros na ilha Terceira, no molhe norte do Porto da Praia da Vitória](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 07;

**Assunto:** [Projeto de Resolução n.º 98/XI - Apoio ao fornecimento de energia elétrica para Instituições Particulares de Solidariedade Social \(IPSS\)](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 07;

**Assunto:** [Proposta de DLR n.º 21/XI - Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 16/94/A, de 18 de maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores o regime jurídico da operação portuária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/93, de 28 de agosto](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2018 – 09 – 12.

**12 – Diários:**



Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia n.ºs 61, 62, 63, 64, 65, 66 a 67.

**Transcrição efetuada por** *Noélia Escobar*